

O CONSTRUIR-SE DE SUJEITOS NEGROS:

JOSÉ EUTRÓPIO, TRAJETÓRIAS E
AGÊNCIAS NEGRAS NO PÓS-ABOLIÇÃO*

Jonatas Roque Ribeiro  

Universidade de São Paulo (USP)

Em meados de 1922, o *Correio de Minas*, jornal de circulação e impacto político relevante na Zona da Mata de Minas Gerais, publicado na cidade de Juiz de Fora, divulgou em uma das suas seções de crônicas políticas um longo texto do professor José Eutrópio (1886-1929). O artigo, em tom de denúncia, relatou as suas experiências como inspetor técnico de ensino no Conselho Superior da Instrução Pública do Estado de Minas Gerais, cargo de prestígio ligado à Secretaria do Interior, que ele ocupou desde que fora nomeado, em dezembro de 1915, até 1921.¹ “A escola que sonhamos”, título do artigo, é sintomático daquilo que José Eutrópio considerava ser os desafios da escolarização formal elementar de então e expressou as críticas e visões de um homem que, há anos, atuava na administração dos serviços da instrução. Começou sua narrativa lembrando uma denúncia que fez em seu primeiro relatório como inspetor técnico de ensino, em dezembro de 1916. Tratava-se do caso da queixa envolvendo práticas de racismo em um dos estabelecimentos

* O presente artigo é parte dos resultados de um projeto mais amplo desenvolvido junto ao Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em História da Educação, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, vinculado ao projeto temático Saberes e práticas em fronteiras: por uma história transnacional da educação (1810-...), ambos financiados pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Processo 2022/15052-5). Agradeço enormemente à generosidade de Diana Gonçalves Vidal, que fez sugestões úteis a uma versão preliminar deste texto e, também, reconheço o profissionalismo dos(as) editores(as) e pareceristas anônimos(as) da *Afro-Ásia*, que me deram indicações valiosas, às quais foram, na medida do possível, incorporadas nesta versão final. Toda a responsabilidade pelas interpretações apresentadas é minha.

1 *Minas Geraes*, Belo Horizonte, 17 dez. 1915, p. 6. Disponível na Hemeroteca Digital do Diário Oficial de Minas Gerais,  Afonso Penna Júnior, *Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior de Minas Gerais para 1921*, Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1921, p. 12.

de ensino por ele visitado. Segundo José Eutrópio, numa escola isolada de ensino primário localizada no subúrbio de Juiz de Fora, que atendia prioritariamente às crianças pobres da região, a professora Josephina Maria Arantes tratava os “alunos negros e mestiços” com “preconceito de cor”, negando-lhes o acesso à escola por ela regida:

Os alunos não foram aceitos na sua escola por acusação de serem *negrinhos* muito atrevidos, e porque [segundo a professora] era salutar limpar de *negros* a dita escola. Indignado com a incidência do preconceito de cor da senhora professora, informei o Conselho Superior de Instrução Pública sobre esse crime, que era um insulto a grande parte do povo brasileiro. À época informei a dita mestra que não deve haver seleção de cor na escola, onde só se distingue o talento e a virtude, a aplicação e a altivez.²

O problema, para o então inspetor, era que, passados cinco anos, a prática do preconceito e discriminação racial em estabelecimentos públicos de ensino, seja por meio da recusa à matrícula de alunos negros, seja por conta do tratamento discriminatório ou da segregação racial daqueles que conseguiam frequentar as instituições escolares, ainda eram práticas recorrentes nas escolas de Juiz de Fora e de outras partes de Minas Gerais e do Brasil. “O preconceito de cor ainda está desonrando os sentimentos humanitários dos brasileiros”, alardeou o professor, que afirmou, ainda, que tais práticas de racismo estavam “produzindo frutos perniciosos [nas] escolas, focos luminosos de onde irradia[vam] a marcha triunfal [da] mocidade”. Por fim, em tom de protesto, questionou “quando a equiparação do direito do negro ao do branco será realidade?”³ Depois de discorrer sobre os “infortúnios do odioso preconceito da raça”, José Eutrópio informou que distribuiria, a quem interessasse, um “prospecto sobre organização pedagógica”, no qual a sua ideia de “ensino consistia

2 *Correio de Minas*, Juiz de Fora, 10 ago. 1922, p. 2. Disponível na Biblioteca Municipal Murilo Mendes de Juiz de Fora. Segundo José Eutrópio, este e outros trechos do artigo foram extraídos na íntegra do *Relatório de 1916*. No Arquivo Público Mineiro, que guarda o conjunto documental da antiga Secretaria do Interior de Minas Gerais, não localizei o relatório elaborado por José Eutrópio em 1916.

3 *Correio de Minas*, 10 ago. 1922, p. 2.

num projeto sem distinção de preconceito de cor para compelir a instituição social da escola a respeitar e cumprir as leis da República [...], um meio para obrigar os cidadãos a serem patriotas”.⁴

Menos como um sonho, fantasia ou ilusão, como sugeriu o título do seu artigo, as questões colocadas por José Eutrópio diziam respeito a um projeto político fundamental para a existência de homens e mulheres não brancos, anônimos ou de reconhecimento público que experienciaram intensamente os sofrimentos de viver em uma sociedade estruturada pelo racismo, em suas diferentes formas e sentidos. Todavia, como esses sujeitos, em sua diversidade de gênero, classe e condições sociais, manipularam e mobilizaram formas de diferenciação e de pertencimento pautados em critérios raciais? Uma boa maneira de aprofundar essa questão pode estar na investigação do pensamento e da trajetória política de José Eutrópio, homem negro, sujeito multifacetado, nascido juridicamente livre em 1886, que não só se destacou nas diversas arenas sociais e cenários políticos em que esteve dos anos 1900 aos 1920, como também evidenciou as permanências e as mudanças do racismo e das lutas negras de denúncia e combate às engrenagens desse sistema de poder no pós-abolição, concebido aqui como temporalidade e processo social, conforme pontuaram Frederick Cooper, Thomas Holt e Rebecca Scott.⁵ Advogado de formação, professor, inspetor escolar, jornalista, intelectual do campo da cultura, José Eutrópio pensou, escreveu e debateu sobre assuntos diversos. Envolveu-se em discussões sobre o direito das gentes negras ao acesso a formas de escolarização formal, modelos de ensino e projetos de ideias pedagógicas, mas também defendeu a imagem de uma noção de “africanidade” enquanto herança cultural positiva do povo brasileiro como saída para o então problema da identidade nacional e combateu as teorias raciais – inclusive, as que se baseavam numa suposta

4 *Correio de Minas*, 10 ago. 1922, p. 2.

5 Frederick Cooper, Thomas C. Holt e Rebecca J. Scott (orgs.), *Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, pp. 39-88.

cientificidade – que defendiam a inferioridade biológica e cultural das gentes negras.⁶

Quando escreveu “A escola que sonhamos”, José Eutrópio firmava diálogos intelectuais com representantes e expoentes de movimentos político-culturais negros em um cenário transnacional, no que se pode chamar de Internacionalismo Negro.⁷ Influenciado pelos diálogos estabelecidos com os ideais de solidariedade transnacional entre as gentes negras dispersas na diáspora, formulados e divulgados por pensadores negros norte-americanos, como Carter Godwin Woodson (1875-1950), W. E. B. Du Bois (1868-1963) e Booker T. Washington (1856-1915), ele paulatinamente foi incorporando ideias em torno de um conceito de raça como categoria fundamental em sua agenda política. De outra maneira, observemos. Por essa mesma época, em um dos artigos publicados na coluna “Pela Educação” do *Correio de Minas*, intitulado “Viveiros do ódio de raças”, no qual se discutiu sobre o preconceito de cor nas escolas elementares públicas do estado de Minas Gerais, apareceu uma definição de como José Eutrópio estava formulando a ideia de raça. Nas suas palavras:

A denominação de raça abrang[ia] um princípio (um sistema moral, mais com sentido prático que Filosofia) a serviço da sustentação da infalibilidade de uma lei que determina[va] as correntes das civilizações interessadas [em] dominar o mundo. [Era] produto da superioridade branca, o idioma da raça branca. [Era] uma barreira, um bloco de pedra pronto a esmagar a raça negra.⁸

6 Jonatas Roque Ribeiro e Wellington Carlos Gonçalves, “A invenção do Brasil negro: intelectuais negros e sua produção cultural no pós-abolição”, *PerCursos*, v. 25 (2024), pp. 1-35, [DOI](#).

7 Dentro do complexo e múltiplo movimento chamado Internacionalismo Negro, José Eutrópio estabeleceu diálogo com os diversos congressos pan-africanos organizados por W. E. B. Du Bois ocorridos regularmente desde 1919, e o *Harlem Renaissance*, conhecido também como *New Black Movement* e *Black Renaissance*, surgido nos anos 1920. Para uma história do Internacionalismo Negro, em sua diversidade de concepções e formatos, ver: Brent Hayes Edwards, *The Practice of Diaspora: Literature, Translation, and the Rise of Black Internationalism*, Cambridge: Harvard University Press, 2003; Pablo de Oliveira Mattos, “The Silent Hero: George Padmore, Diáspora e Pan-Africanismo”, Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018, [DOI](#).

8 *Correio de Minas*, Juiz de Fora, 7 set. 1924, p. 3. Disponível na Biblioteca Municipal Murilo Mendes de Juiz de Fora.

José Eutrópio não andou sozinho nessa cruzada, pois vários colegas da mesma geração abriram veredas na época. Trata-se da geração intelectual que viveu numa sociedade especializada em criar marcadores de desigualdade e de exclusão com base em critérios raciais e, por essa razão, precisou debater intelectual e politicamente a invenção de mecanismos para subverter tal cenário.⁹ Por isso, o debate (e denúncia) sobre o preconceito de cor nas escolas juiz-foranas foi construído a partir de um discurso político racializado, já que era esse fenômeno histórico – acreditava José Eutrópio – que produzia processos de hierarquização com base racial, isto é, o racismo, funcionava como uma técnica de produção de noções de raça. De fato, conforme observou Wlamyra Albuquerque, o fenômeno da racialização traduzia raça como processo em constante construção.¹⁰ Mas, para intelectuais como José Eutrópio, raça – e seus muitos significados – não se subsumia às concepções ou circuitos científicos; ela também tinha apelo e presença na vida cotidiana e, portanto, deveria ser interpretada e manipulada como uma possibilidade de enfrentamento ao racismo e como um marcador positivo de condição de existência do negro.

Na verdade, essas são considerações parciais de um projeto de pesquisa em andamento sobre a constituição de ideias pedagógicas antirracistas e de projetos políticos de igualdade racial no âmbito da escola elementar, formulados e postos em execução por professores negros no Brasil e nos EUA no início do século XX. A expectativa é de publicação de resultados mais sólidos em breve. Contudo, neste artigo, realizo o exercício de pensar sobre a racialização das relações sociais no contexto do imediato pós-abolição e também sobre os sentidos do racismo na vida

9 Ver, entre outros, Flávio Thales Ribeiro Francisco, *Fronteiras em definição: identidades negras e imagens dos Estados Unidos e da África no jornal O Clarim da Alvorada (1924-1932)*, São Paulo: Alameda, 2013; Lívia Maria Tiede, “União da raça: Frederico Baptista de Souza e a militância negra paulista no Brasil pós-abolição (1875-1960)”, Tese (Doutorado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2023, [↗](#); e os artigos da coletânea organizada por Kim D. Butler e Petrônio Domingues (orgs.), *Diásporas imaginadas: Atlântico Negro e histórias afro-brasileiras*, São Paulo: Perspectiva, 2020.

10 Wlamyra Ribeiro de Albuquerque, *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 35.

de pessoas negras ao longo do tempo, e a trajetória de José Eutrópio, por esse ângulo, é capaz de adicionar elementos para esse debate. A biografia desse indivíduo “excepcional-normal”, na expressão de Edoardo Grendi,¹¹ sintetiza algumas formas de inserção e leituras de mundo de um homem negro no início do século XX, o que revela uma experiência histórica comum que pode se estender a outros tantos sujeitos. Nesse sentido, a compreensão de que se trata da biografia de um sujeito-coletivo, e não apenas de uma trajetória individual, dialoga com o entendimento de Sabina Loriga sobre a falsa oposição entre biografia (indivíduo) e história (coletivo), bem como com a aceção de biografia modal, de François Dosse, isto é, o estudo que se quer biográfico deve estar atento não apenas à relação sujeito e coletivo, mas o sujeito no coletivo e as suas intensas interseções.¹² Ou seja, na biografia de José Eutrópio, aspectos individuais eram também coletivos, e, por isso, elucidativos das estratégias, ações e interdições que homens e mulheres negros vivenciaram nessa conjuntura. Tomando aspectos da vida desse sujeito, procurei construir uma “micro-história em movimento”, na aceção de Rebecca Scott e Jean Hébrard, como recurso para incorporar a agência e protagonismo de pessoas negras em uma análise de processos históricos amplos.¹³

Ainda assim, neste artigo não pretendo apresentar, de maneira exaustiva, a biografia de José Eutrópio, o que seria, aliás, tarefa impossível. O objetivo é, antes, explorar momentos da sua vida, destacadamente o período da infância, juventude e o início da fase adulta. Tal empreitada foi possível a partir da análise de um diversificado e amplo conjunto documental, que inclui legislação, imprensa, fontes judiciais (testamentos e inventários *post mortem*), cíveis (registros de falecimento), eleitorais

11 Edoardo Grendi, “Microanálise e história social” in Mônica Ribeiro de Oliveira e Carla Maria Almeida (orgs.), *Exercícios de micro-história* (Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009), pp. 19-38.

12 Sabina Loriga, “A biografia como problema” in Jacques Revel (org.), *Jogos de escalas: a experiência da microanálise* (Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998), pp. 225-250; François Dosse, *O desafio biográfico: escrever uma vida*, São Paulo: EDUSP, 2009.

13 Rebecca J. Scott e Jean M. Hébrard, *Provas de liberdade: uma odisseia atlântica na era da emancipação*, Campinas: Editora da UNICAMP, 2014.

(listas) e eclesiásticas (batismo). Alguns desses documentos, como a imprensa, foram atravessados pelo próprio testemunho de José Eutrópio, o que apresenta outra possibilidade de observar as marcas das escolhas possíveis entre as trilhas disponíveis a um homem negro no imediato pós-abolição. A sua vida nos permite conhecer melhor a história do pós-abolição e do racismo no Brasil e, nesse sentido, o presente artigo busca contribuir com a denúncia e o questionamento do “silêncio, negligência ou representação estereotipada de sujeitos negros/os e suas agências nas narrativas de história e memória de sociedades estabelecidas a partir de relações sociais racializadas, como é o caso do Brasil”.¹⁴ Tal invisibilidade política e apagamento historiográfico “são mais que expressão, são elementos que compõem os mecanismos de reprodução e institucionalização do racismo”.¹⁵ O exercício que faço aqui é também o de uma reconstrução dessas experiências silenciadas.

Construindo heranças honradas...

Em 14 de dezembro de 1886, a pequena igreja da freguesia de Boa Família, no município de Muriaé (Zona da Mata de Minas Gerais), foi palco do batizado do menino José Eutrópio, segundo filho de Josefa Maria da Conceição, uma mulher negra que, aparentemente, por essa época vivia na condição de livre ou liberta.¹⁶ Anos antes, em setembro de 1885, ali havia sido batizado Temístocles Eutrópio, nascido em agosto daquele ano. Ambos foram apadrinhados por Lucia Maria de Jesus e pelo então

14 Josemeire Alves Pereira, “A eloquência dos silêncios: racismo e produção de esquecimento sobre a população negra em narrativas de memória das cidades”, *Revista da ABPN*, v. 12, n. 34 (2020), pp. 439-462,  p. 457.

15 Pereira, “A eloquência dos silêncios”, p. 457.

16 Database FamilySearch (DFS), Nova York, Registros da Igreja Católica, Batismos da Paróquia de São Paulo do Muriaé 1879-1949, livro 4, imagem 151 de 398, *Registro de Batismo de José Eutrópio*, Muriaé, 14 jan. 1887.

pároco da freguesia, padre João Passarelli.¹⁷ Por descuido ou outra razão, na anotação do livro de batismos o sacerdote não registrou a condição jurídica daquelas crianças, da sua mãe e, tampouco, da madrinha, recurso que era um tanto comum quando esses sujeitos viviam sob o jugo da escravidão. O terceiro e último filho de Josefa Maria da Conceição nasceu em fevereiro de 1890, tendo sido batizado na mesma igreja no mês seguinte e foram seus padrinhos Antônio Vitorino e Escolástica do Espírito Santo. Em seu registro de batismo, assim como ocorreu com os seus outros irmãos, Júlio Eutrópio aparece como filho “natural” de Josefa, sem nenhuma referência em relação à sua paternidade.¹⁸

No imaginário coletivo de Muriaé povoam, desde esse período, histórias nas quais a paternidade biológica dos irmãos Eutrópio se vincula à figura do padre Passarelli. De fato, muitos registros apontam, se não para indícios concretos de parentesco consanguíneo, ao menos para a existência de parentesco espiritual entre esses sujeitos. João Passarelli, homem branco, nasceu em 1852 na região de Montano Antilia, província de Salerno, sul da Itália. Não localizei registros sobre a sua formação eclesiástica, mas segundo o seu processo de naturalização, datado de 1884, ele chegou ao Brasil já na condição de padre ordenado. Em suas dez páginas, o documento apresenta poucos detalhes sobre a sua vida. Não informa com precisão quando ele chegou ao Brasil, contudo relata que atuava como capelão coadjutor na freguesia de Muriaé “há mais ou menos cinco anos” e “exercia seu ministério sagrado com zelo, prudência e sabedoria”.¹⁹ Assinam o documento, referendando as suas informações, o juiz de paz e o delegado do município de Muriaé e o então secretário do

17 DFS, Nova York, Registros da Igreja Católica, Batismos da Paróquia de São Paulo do Muriaé 1879-1949, livro 4, imagem 98 de 398, *Registro de Batismo de Temístocles Eutrópio*, Muriaé, 4 set. 1885.

18 DFS, Nova York, Registros da Igreja Católica, Batismos da Paróquia de São Paulo do Muriaé 1879-1949, livro 11, imagem 117 de 270, *Registro de Batismo de Júlio Eutrópio*, Muriaé, 28 mar. 1890.

19 Arquivo Nacional (AN), Rio de Janeiro, Seção Processos de naturalização, Fundo: Série Interior – Nacionalidades, Notação: BR RJANRIO A9.0.PNE.31660, *Processo de naturalização de João Passarelli*, 8 abr. 1884, fl. 6.

Bispado de Mariana, padre Silvério Gomes Pimenta, com o qual o padre Passarelli manteve longa amizade.

Ao que parece, o padre Passarelli construiu estratégias que permitiram a sua promoção dentro da organização administrativa da Igreja Católica. Se, na época do pedido de naturalização, ele se encontrava na posição de capelão coadjutor, em 1885, por sua vez, o livro de batismos da freguesia de Boa Família o descreve como pároco e, a partir da década de 1890, como vigário, demonstrando a sua ascensão na hierarquia da instituição. Ainda assim, sua trajetória profissional não pode ser lida somente na chave da integridade, ao menos em relação aos sacramentos da Igreja. Estudos têm demonstrado que não foi incomum, ao longo do século XIX, a existência de padres que viviam em relacionamentos habituais e coabitavam com mulheres como se fossem casados.²⁰ Não foi possível estimar se o padre Passarelli manteve um relacionamento duradouro com Josefa Maria da Conceição ou com outras mulheres, mas outros registros indicam ter sido ele o pai biológico dos seus três filhos.²¹

Por exemplo, em 1920, o padre Passarelli, Temístocles e Júlio Eutrópio se envolveram em um imbróglio jurídico com Francisco Joaquim Lobo de Resende e Marcirio de Andrade Abreu por causa de conflitos fundiários. Como veremos no decorrer do artigo, esse foi um expediente

20 Fernando Torres-Londoño, *A outra família: concubinato, Igreja e escândalo na Colônia*, São Paulo: Loyola, 1999; Wellington Coelho Moreira, “Historicidades e representações: celibato, conjugalidades e paternidades sacrílegas em Goiás, 1824-1896”, Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010, [↗](#).

21 Ser filho de padre e conviver com os fardos que tal situação poderia acarretar foi experiência compartilhada por outros homens negros que construíram trajetórias públicas de destaque na sociedade brasileira, como foi o caso do jornalista José do Patrocínio (1853-1905) e do engenheiro Teodoro Sampaio (1855-1937). Ver, por exemplo, o trabalho de Ana Flávia Magalhães Pinto, “José do Patrocínio: abolição, racismo e uma pedra no caminho chamada Sílvio Romero” in Sidney Chalhoub e Ana Flávia Magalhães Pinto (orgs.), *Pensadores negros, pensadoras negras: Brasil, séculos XIX e XX* (Cruz das Almas: EDUFRB; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016), pp. 105-127, e o de Wlamyra Ribeiro Albuquerque, “Teodoro Sampaio, ‘eminência parda’ e a ‘cor não luzidia’: negócios da liberdade e racialização no tempo da abolição” in Gabriela dos Reis Sampaio, Ivana Stolze Lima e Marcelo Balaban (orgs.), *Marcadores da diferença: raça e racismo na história do Brasil* (Salvador: EDUFBA, 2019), pp. 125-154.

comum no qual o padre Passarelli se inseriu em razão das suas atividades como fazendeiro. Por enquanto, o que nos interessa desse litígio, que foi parar na justiça de primeira instância, são as ligações denunciadas pelo processo judicial entre o padre Passarelli e os irmãos Eutrópio. Francisco e Marcirio alegavam que estavam tendo suas terras usurpadas pelo padre Passarelli e seus descendentes e herdeiros Temístocles e Júlio que, segundo o documento, viviam nas terras da Fazenda Boa Família – o objeto da disputa – desde “1881 mais ou menos”.²²

Infelizmente não localizei o inventário *post mortem*, tampouco o testamento do padre Passarelli, registro no qual poderiam ser localizados mais detalhes sobre os seus possíveis herdeiros. Ainda assim, não me parece que os denunciante e o escrivão tenham acionado os termos “descendente” e “herdeiro” despropositadamente no processo cível. Fato é que com exceção de José Eutrópio, existem raros registros públicos sobre a família Eutrópio e sobre o padre Passarelli. Esse “apagamento” parece ter sido, inclusive, estratégia utilizada de modo consciente como forma de destruir ou embaçar possíveis rastros que pudessem servir como recurso para expor a vida íntima desses sujeitos. Por certo, com tal procedimento, o padre Passarelli teve em mente esconder, ou ao menos dissimular, o seu arranjo familiar.

Na realidade, a vida do padre não era situação desconhecida. Pelo contrário, foi fato notório na comunidade muriaense. Em fins de 1887, por exemplo, um artigo assinado como “Voz do Povo” apareceu no *A Província de Minas*. Por ter sido publicado no jornal do Partido Conservador de Ouro Preto, parece que o seu autor pretendeu atacar o posicionamento político do padre, alegadamente membro do Partido Liberal.²³ De todo

22 Museu do Judiciário Mineiro (MEJUD), Belo Horizonte, Fundo do Primeiro Ofício Cível (F POC), cx. 4045, proc. 43901178, *Processo de Divisão de Fazenda*, 20 nov. 1920, fl. 4.

23 O artigo apareceu em um contexto de disputas políticas em Muriaé entre os correligionários do Partido Conservador e os do Partido Liberal, cujo cerne das querelas foi a questão dos encaminhamentos em relação à abolição do trabalho escravo. O nome do padre Passarelli aparece uma única vez na lista dos habitantes de Muriaé que se declararam filiados ao Partido Liberal e foi publicada no *Liberal Mineiro*, órgão

modo, para além das rusgas dos partidarismos políticos, o artigo insultou violentamente a conduta pública do pároco de Boa Família. Intitulado “Um escândalo”, o artigo dizia:

O padre Passarelli é violento e perverso, é um verdadeiro cão danado, é um mau homem. Acautela-te, oh cristão, dos louvores de Passarelli! Vive criminosamente amancebado com uma preta forra, com seus filhos, e que para mantê-los deve empenhar o ouro, a prata e outras preciosidades da paróquia da Boa Família.²⁴

A família “construída” pelo padre Passarelli pode ser lida como uma relação clandestina ou ilegítima, segundo o que se entendia por moral cristã naquele contexto, mas também de acordo com as jurisdições do Estado brasileiro e da Igreja Católica, já que o celibato era considerado norma legal e a sua transgressão era vista como violação e desrespeito dessa regra, cabível de punição tanto pelas leis civis como eclesiásticas. Considerados como filiação sacrílega, isto é, “categoria que abarcava crianças que tinham pelo menos um genitor que tinha tomado ordens sacras, fossem elas seculares ou regulares, os filhos sacrílegos eram, assim, descendentes diretos de clérigos impedidos de se casar por causa do voto de celibato feito junto à Igreja”,²⁵ os irmãos Eutrópio nasceram rompendo com as normatividades e os padrões impostos à uma noção cristã de família e de filiação legítima que vigorava na sociedade brasileira na segunda metade do século XIX.²⁶

do Partido Liberal de Ouro Preto. *Liberal Mineiro*, Ouro Preto, 13 ago. 1887, p. 4. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil, [🔗](#).

24 *A Província de Minas*, Ouro Preto, 11 nov. 1887, p. 2. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil, [🔗](#).

25 Luisa Stella de Oliveira Coutinho-Silva, “‘Como se de legítimo matrimônio nascida fora’: a construção da filiação no Império português a partir da legitimação de uma filha sacrílega na capitania da Paraíba”, *Varia Historia*, v. 38, n. 76 (2022), pp. 91-124, [DOI](#). p. 93.

26 Essa “ilegitimidade” poderia comportar outras configurações sociais e legais, conforme observou Sueann Caulfield, “From Crias da Casa to Filhos de Criação: Raising Illegitimate Children in the ‘Big House’ in Post-Abolition Brazil” in Brodwyn Fischer e Keila Grinberg (orgs.), *The Boundaries of Freedom: Abolition, and the Making of Modern Brazil* (New York: Cambridge University Press, 2023), pp. 368-387.

Existem menos informações sobre a trajetória de Josefa Maria da Conceição. Dela, consegui localizar apenas o nome, que aparece sempre nos registros – batismos, falecimentos, matrícula escolar – dos filhos. Se, de fato, ela manteve um relacionamento habitual com o padre Passarelli, é possível considerar que ocupou um lugar social intermediário e, de certa forma, privilegiado em relação à maioria das mulheres negras, especialmente as que viviam na condição de escravizadas naquela sociedade. Pode ser, inclusive, que tenha usado tal expediente para construir uma noção de família menos arbitrária e desumana e mais tranquila e segura para ela e seus filhos. Realmente, os estudos de história das famílias negras no século XIX têm demonstrado que é possível falar em vários tipos de arranjos familiares, inclusive contradizendo modelos estanques baseados nas famílias extensas e patriarcais.²⁷

Em vista dos registros disponíveis, é difícil garantir com precisão qualquer afirmação, mas é possível que Josefa tenha usufruído de uma vida confortável em termos financeiros, considerando ser ela a companheira do padre Passarelli. Na época do nascimento dos seus dois primeiros filhos – período marcado pela desmontagem política do sistema escravista –, o seu suposto parceiro investia pesadamente em suas posses rurais. As fazendas Boa Família e Santa Maria do Divisório, de sua propriedade, destinadas basicamente à produção de café, estavam integradas à lógica da economia local.²⁸ Jamila Câmara observou que, até meados da década de 1880,

27 Karine Teixeira Damasceno, “Para serem donas de si: mulheres negras lutando em família (Feira de Santana, Bahia, 1871-1888)”, Salvador: EDUFBA, 2023, [↗](#); Isabel Cristina Ferreira dos Reis, “A família negra no tempo da escravidão: Bahia, 1850-1888”, Tese (Doutorado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007, [↗](#).

28 Na década de 1890, o padre Passarelli adquiriu a Fazenda Mendonças e o Sítio Açude, também na freguesia de Boa Família, segundo consta em processos cíveis nos quais se envolveu ao longo da década de 1901. É o caso, por exemplo, dos processos de divisão e demarcação das terras da Fazenda Santa Maria do Divisório, em 1904, e do processo de ação sumária de despejo de meeiros do Sítio Açude, em 1910. Museu do Judiciário Mineiro (MEJUD), Belo Horizonte, Fundo do Primeiro Ofício Cível (F POC), cx. 4171, proc. 43903422, *Processo de divisão e demarcação das terras da Fazenda Santa Maria do Divisório*, 3 mar. 1910; MEJUD Belo Horizonte, Fundo do Primeiro Ofício Cível (F POC), cx. 4045, proc. 43901178, *Ação Sumária de Despejo do Sítio Açude*, 6 jun. 1910.

a economia de Muriaé se baseava em uma produção agrícola diversificada, tendo a produção cafeeira se consolidado após 1886, especialmente depois da chegada ao município dos trilhos da Estrada de Ferro Leopoldina, que impulsionou os investimentos locais na economia do café.²⁹ Além da sintonia com as estruturas econômicas predominantes na Zona da Mata mineira, o padre Passarelli também esteve profundamente imerso nas lógicas políticas que sustentavam os mundos do trabalho naquele contexto. Ao longo do ano de 1887, ele esteve comprometido com os debates sobre a então propalada crise de mão de obra que, supostamente, atingia os produtores rurais na Zona da Mata. A razão alegada para a tal dificuldade era a desestruturação do escravismo e do seu principal sustentáculo – o trabalho escravo.

Não somos contra a extinção do elemento servil, desde que seja feito de modo gradual e não agrave a situação crítica e verdadeiramente aflitiva em que se acha a lavoura, não tendo meios para poder desenvolver-se nem mesmo manter-se, arcando com uma crise assustadora que todos os dias cresce de intensidade e que hoje mais do que nunca se acentua e se agrava, pelas dificuldades que oferece à solução do grande problema social da substituição do braço escravo pelo braço livre que tanto preocupa e agita o espírito público.³⁰

Ao assinar o artigo, o padre Passarelli defendeu uma posição pró-escravista, porém favorável à extinção gradual da escravidão, desde

29 Jamila Aparecida Silva Câmara, “Outra face da economia da Zona da Mata Mineira: produção agrícola de subsistência numa região de economia agroexportadora, São Paulo do Muriaé (1848-1888)”, *Revista HEERA*, Juiz de Fora, v. 7, n. 13 (2012), pp. 32-44, [↗](#). Em 1920, ao menos as fazendas Boa Família e Santa Maria do Divisório foram consideradas, segundo o processo cível de divisão das suas terras, “muito boas benfeitorias, tendo duas casas de morada iluminadas à luz elétrica, com todas as comodidades desejáveis, com grande pomar de frutas variadas, jardim, água encanada, quatro casas que dão bom aluguel, três moinhos, uma tulha, uma casa de máquina, dois terreiros. Tem 205 mil pés de cafés de diversas idades, bois, carros, carroças, e trole com uma parrelha de bestas”. O documento não especificou o que havia em cada propriedade, mas percebe-se que, além de se tratar de um patrimônio material considerável, as fazendas eram voltadas para a produção, beneficiamento e comércio de café. MEJUD, Belo Horizonte, Fundo do Primeiro Ofício Cível (F POC), cx. 4045, proc. 43901178, *Processo de Divisão de Fazenda*, 20 nov. 1920, fl. 7-8.

30 O artigo foi assinado por 16 “proprietários muriaenses” e publicado irregularmente na seção “A Pedidos” do *Liberal Mineiro*, entre os meses de julho e agosto de 1887.

que tal processo não questionasse os seus privilégios de classe senhorial. Mesmo que ele e os seus companheiros de classe estivessem preocupados com uma ilusória crise de mão de obra por conta do fim do trabalho escravo, que atingiria a economia cafeeira, ou seja, a principal fonte da vida econômica do município, o que de fato estava em jogo era a tentativa de manutenção de privilégios e hierarquias, comprometidos pela perda de legitimidade do escravismo diante do avanço e da disseminação de movimentos abolicionistas de diferentes matizes ideológicos e políticos. No início de 1888, pouco antes da promulgação da lei de 13 de maio que aboliu definitivamente a escravidão no país, dezenas de proprietários escravistas de Muriaé encheram as páginas do jornal local e da imprensa mineira com “benignas” concessões de liberdade jurídica aos seus escravizados como forma de preservação da mão de obra desses trabalhadores.

Na verdade, tratou-se de um expediente comum que ocorreu em várias partes do país naquele momento. O padre Passarelli fez coro a tal estratégia. Em abril de 1888, ele “libert[ou] as suas escravas Lucia Maria, 49 anos, Maria Joana, 50 anos e Vicência Ludovina, 45 anos, com a condição expressa de prestação de serviço até o dia 31 de dezembro de 1889”.³¹ A sua estratégia foi manter – pelo maior tempo possível – parte da mão de obra de suas fazendas através da liberdade condicionada à prestação de serviços. Ainda que tal recurso tenha perdido o efeito após a lei de 13 de maio, o fato é que o ingresso desses sujeitos na liberdade jurídica foi marcado por inúmeros constrangimentos ao exercício livre da sua força de trabalho.

Com exceção desse registro, não localizei outras informações sobre a atuação do padre Passarelli como proprietário escravista. Contudo, além do trabalho escravo, ele investiu em outras formas de relações de trabalho em suas propriedades. No início de 1910, Domiciano Barboza e sua mulher, Camila, além de Ernesto Nicolau, entraram na justiça exigindo a posse do que eles consideravam como suas propriedades nas

31 *Muriahé*, Muriaé, 22 abr. 1888, p. 4. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil, [↗](#).

terras da Fazenda Santa Maria do Divisório. Segundo o processo cível, os requerentes diziam viver e trabalhar ali como colonos desde o início da década de 1890 e que o proprietário daquelas terras – o padre – teria lhes prometido a posse de parte dos seus terrenos, o que, entretanto, não ocorreu. De fato, o então vigário de Boa Família confirmou que mantinha contratos de trabalho que previam como forma de pagamento o usufruto de um pedaço de terra para culturas de subsistência e criação de animais e moradia, mas não reconheceu a doação dessas terras aos seus “empregados”, “colonos” e “parceiros”.³² Apesar de haver diferença jurídica entre tais termos, conforme notou Ligia Osório Silva, o documento utiliza-os como sinônimos de trabalhadores dependentes, mas não assalariados.³³

O fato é que o padre Passarelli investiu em outras formas de contratação de mão de obra no contexto da abolição do trabalho escravo, possivelmente como recurso para arrematar, ou antes, manter os trabalhadores ligados às suas propriedades, em um cenário de profunda migração negra que marcou os primeiros anos no imediato pós-abolição na Zona da Mata mineira.³⁴ Assim, muitos indivíduos negros, que haviam passado ou não pela experiência do trabalho escravo, constituíram-se como rendeiros, meeiros ou proprietários de parcelas de terras nas proximidades de antigas fazendas escravistas.

Por esse ângulo, a trajetória do padre Passarelli nos ajuda a observar o papel da Igreja Católica no contexto da escravidão. Enquanto instituição política, ela esteve profundamente ligada à lógica do escravismo e do

32 MEJUD, cx. 4171, proc. 43903422, *Processo de divisão e demarcação das terras da Fazenda Santa Maria do Divisório*, fl. 5.

33 Ligia Osório Silva, “Apropriação territorial na Primeira República” in Sergio S. Silva e Tamás Szmrecsányi (orgs.), *História econômica da Primeira República* (São Paulo: Hucitec, 1996), pp. 157-169.

34 Rita de Cássia Souza Félix Batista, *O negro: trabalho, sobrevivência e conquista em Juiz de Fora (1888-1930)*, Juiz de Fora: FUNALFA, 2006; Carlos Eduardo Coutinho da Costa, *Faltam braços nos campos e sobram pernas na cidade: famílias, migrações e sociabilidades negras no pós-abolição no Rio de Janeiro (1888-1940)*, Curitiba: Appris, 2020; Elione Silva Guimarães, *Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação: família, trabalho, terra e conflito: Juiz de Fora/MG, 1828-1928*, Juiz de Fora: FUNALFA; São Paulo: Annablume, 2006.

trabalho escravo que organizava a sociedade brasileira no século XIX. De fato, integrantes do clero regular e secular, especialmente as irmandades e as ordens religiosas, possuíram escravizados. Obviamente, houve muitas diferenças entre os objetivos institucionais e os interesses pessoais dos membros da Igreja Católica em relação à escravidão e, mais especificamente, à posse de escravizados, mas o fato é que elementos do clero estiveram imersos nas lógicas que organizavam o escravismo e as suas formas compulsórias de trabalho.³⁵

Inclusive, chamo a atenção do leitor para a similitude do nome da madrinha de batismo de Temístocles e José Eutrópio e de uma das escravizadas do padre Passarelli que foi alforriada semanas antes do 13 de maio: seria Lucia Maria a mesma pessoa? Especulações à parte, os irmãos Eutrópio – todos assinalados como pardos em seus documentos públicos –, apesar de terem nascido sob a condição jurídica de homens livres, conviveram com o escravismo enquanto forma de organização política da sociedade brasileira e com o trabalho escravo. Não é difícil, desse modo, considerar que eles viveram “uma espécie de liberdade sem direito político e de cidadania numa sociedade escravista”, conforme notaram Flávio Gomes e Olívia Cunha. Realmente, como veremos ao longo do artigo, ao menos em relação à trajetória de José Eutrópio, seu *status* social esteve “condicionado à combinação de sua condição jurídica, origem social e aparência física”.³⁶

A condição jurídica de livre e supostamente filho de um homem branco e de posses não livrou José Eutrópio do estigma da cor, tendo em conta que a sua epiderme e outros traços fenotípicos eram marcas visíveis de uma ascendência interracial. Em diversas ocasiões, especialmente em

35 Robson Pedrosa Costa, *Os escravos do santo: uma história sobre paternalismo e transgressão nas propriedades beneditinas, nos séculos XVIII e XIX*, Recife: Editora da UFPE, 2020; Paulo Henrique Silva Pacheco, “Moral e disciplina: monges e escravos no espaço monástico beneditino na Corte Imperial”, *Dissertação (Mestrado em História)*, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010, [↗](#).

36 Flávio Gomes e Olívia Maria Gomes da Cunha, “Introdução: que cidadão? Retóricas da igualdade, cotidiano da diferença” in Flávio Gomes e Olívia Maria Gomes da Cunha (orgs.), *Quase-cidadão: histórias e antropologias do pós-emancipação no Brasil* (Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007), pp. 7-22. pp. 9, 13.

contexto de conflito, ele foi alvo de pilhérias publicadas nos jornais que aludiam à sua condição racial, tendo especialmente a sua cor sido usada como arma depreciativa por seus desafetos políticos. Chama atenção, inclusive, a virulência contida nelas. Por exemplo, em 1914, quando acabara de retornar para a sua cidade natal do Rio de Janeiro, onde havia concluído o curso de Direito, José Eutrópio se envolveu em uma disputa com alguns representantes da política local. Em um texto publicado na imprensa, seus detratores o acusaram de ser um “infeliz mulatinho, fruto da bastardia e da vergonha, com ares pretensiosos de ser jurisconsulto”.³⁷

Astuto, ele respondeu à ofensa racista dos seus opositores. Na imprensa, afirmou que era orgulhoso da sua “herança honrada, não de posses, pois não as [tinha], mas de caráter e de nome. Se, para alguns, ser um mulatinho [era] motivo de vergonha, [ele] carreg[ava] essa marca com fidalguia e lustro”.³⁸ Assim, todos os lados da disputa levaram para o campo das suas divergências o critério racial, ou seja, racializaram partidarismos políticos ou filiações ideológicas a partir dessas referências. Certamente, havia outras estratégias para organizar tais posicionamentos públicos, mas racializá-los a partir de diferentes premissas e com distintas finalidades parece ter sido tática política viável naqueles contextos. Não à toa, por esse tempo, José Eutrópio passou a publicar, com frequência, uma série de artigos na imprensa que tematizavam a questão racial da sua ancestralidade. De fato, veremos nas próximas seções que o convívio com outras pessoas negras – mas também com indivíduos brancos, muitas vezes por objeção – no passado e naquele presente deve ter exercido algum tipo de influência na formação de uma identidade e letramento raciais e na construção da sua negritude, processo que foi sinuoso, subjetivo e em constante movimento.

37 *Alto Muriahé*, Muriaé, 19 abr. 1914, p. 2. Disponível no Arquivo Histórico Municipal de Muriaé.

38 *Renascença*, Muriaé, 3 mai. 1914, p. 3. Disponível no Arquivo Histórico Municipal de Muriaé.

Escolarização formal: esperança ou redenção?

O acesso à escolarização formal foi alvo de intenso investimento pela família Eutrópio. Sobre o padre Passarelli, por ocasião do seu falecimento, ocorrido em 1926, um dos seus obituários, publicado na imprensa, fez questão de o identificar como um sujeito intelectualizado, “de grande cultura científica e, igualmente, versadíssimo em literatura clássica, conhecendo primorosamente o grego e o latim”.³⁹ De fato, parece que o apreço por uma cultura intelectual foi cultivado no seio da família. O inventário das posses do padre Passarelli, elaborado em 1920, por ocasião de uma disputa judicial devido a conflitos fundiários, revelou que, entre os seus bens, havia “livros diversos de cultura geral, medicina, matemática, literatura, teologia e de Direito Canônico, edições do *Almanaque Laemmert*, um dicionário e trinta e seis volumes contendo o Velho e o Novo Testamento”.⁴⁰ O documento não estipulou a quantidade de exemplares, mas pela variedade de temas e assuntos, não parece ter sido uma coleção de pequena monta.

Ainda que a posse de livros não implicasse necessariamente a sua leitura, é válido considerar que, por essa época, possuir esse equipamento cultural era lido como um símbolo de distinção.⁴¹ No caso da família Eutrópio, é mais um sinal de que havia algum tipo de valorização de aspectos de uma cultura letrada. A dedicação a esse tipo de prática social fazia parte da visão de mundo, ou do que os seus proprietários queriam exteriorizar ao mundo, isto é, o modo como queriam ser vistos – possui-

39 *Minas Geraes*, Belo Horizonte, 11 jun. 1926, p. 10. Disponível na Hemeroteca Digital do Diário Oficial de Minas Gerais, [↗](#).

40 MEJUD, cx. 4045, proc. 43901178, *Processo de Divisão de Fazenda*, fl. 11. José Eutrópio também foi um amante de livros e outras práticas de leitura. Quando faleceu, em 1929, deixou entre os seus inúmeros bens uma valiosa biblioteca composta de 390 volumes entre livros, revistas, partituras, discos e fitas de cinema. Arquivo Histórico de Juiz de Fora (AHJF), Juiz de Fora, Fundo Documentação Cartorial, Primeiro Ofício de Notas (1853-1935), cx. 1, pasta 6, *Inventário de José Eutrópio*, 29 jun. 1929, fl. 31.

41 Tânia Maria Bessone, “Bibliotecas de médicos e advogados do Rio de Janeiro: dever e lazer em só lugar” in Márcia Abreu (org.), *Leitura, história e história da leitura* (Campinas: Mercado de Letras, 1999), pp. 313-333.

dores e cultivadores de uma expressão da cultura letrada em voga naquele momento. Além disso, sugere pistas para se pensar sobre os significados atribuídos por famílias negras que tiveram acesso à escolarização formal e à uma cultura letrada sobre a posse de livros e as múltiplas leituras sociais que se podia fazer deles – e por meio deles. Ainda assim, é difícil estabelecer em que medida esse cultivo de uma cultura intelectual foi empregado pelos diversos membros dessa família. Por exemplo, não foi possível encontrar registros sobre a relação entre Josefa Maria da Conceição e uma possível aproximação à instrução formal. Aos irmãos Eutrópio, por sua vez, foi ofertada a possibilidade do acesso às formas de escolarização formal então disponíveis aos meninos (de elite) de fins do século XIX e início do XX.

Parece que, antes mesmo do ingresso em escolas ou colégios, o contato com as letras – mesmo que de modo desigual – não foi algo estranho na vida daqueles meninos. É possível que eles tenham frequentado cursos de instrução primária nas classes de primeiras letras – públicas ou de professores particulares subvencionados pelo município ou pela província/estado – existentes em Muriaé no final do século XIX. É o que sugere um artigo de José Eutrópio, de 1913, no qual ele discorreu sobre a atuação do então recém-fundado Grupo Escolar de Muriaé, a primeira escola graduada criada na cidade.⁴² Em sua narrativa, contou que, ao visitar o estabelecimento, “volt[ou] num retrospecto saudoso à época das cadeiras isoladas dos velhos mestres, aos dias de [sua] infância. Foi uma doce saudade que invadiu o [seu] espírito”.⁴³ Outra possibilidade é que os irmãos Eutrópio tenham frequentado as escolas privadas masculinas que existiam na cidade, como o Instituto Alfredo de Oliveira, a Escola do professor Felipe João Barbosa da Costa, ou então o Colégio Muriaé, de propriedade de Hans Stibich. Todas ofereciam os níveis de

42 Leidyleni Nolasco Rodrigues Bagli, “A atuação do poder público muriaense na educação de 1871 a 1930”, Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2018, [↗](#).

43 *O Pharol*, Juiz de Fora, 18 abr. 1913, p. 3. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil, [↗](#).

ensino primário e secundário e funcionavam nas modalidades internato e externato.⁴⁴ Não descarto, ainda, a possibilidade de a instrução primária ter lhes sido franqueada por meio de preceptores ou outra forma de educação doméstica, prática considerada arcaica no final do século XIX, mas ainda rotineira na sociedade brasileira, principalmente entre as elites brancas.⁴⁵

A oportunidade que os irmãos Eutrópio tiveram em relação ao acesso às formas de alfabetização e letramento disponíveis naquele contexto não deve ser lida como algo “natural”, como se fosse prática comum na vida das crianças e jovens, especialmente para os pobres e negros. Na verdade, no final do século XIX e no início do XX, a aquisição de instrução formal, de maneira geral, e o acesso e a permanência na escola, de modo específico, deram-se de modo desigual e foram informados por lógicas pautadas em exclusões e privilégios.⁴⁶ Para as gentes negras, a escola foi um espaço de invenção e difusão de marcadores de desigualdades e diferenças.⁴⁷ Além disso, nas representações que se construíram da infância a ser escolarizada no imediato pós-abolição, contexto no qual o recém-instalado Estado republicano criou estratégias para a organização de um sistema escolar, a criança negra não figurou como alvo dessas políticas de escolarização da infância, a não ser na condição de corpo social que deveria ser vigiado, tutelado e instruído para o trabalho – precarizado e subalterno, de preferência. A proposta de escolarização profissional inventada nos anos iniciais da República é flagrante nesse sentido.⁴⁸ Por isso, é fundamental

44 *Alto Muriaé*, Muriaé, 14 out. 1888, p. 4. Disponível no Arquivo Histórico Municipal de Muriaé (AHMM); *O Pharol*, Juiz de Fora, 1 jan. 1890, p. 4; *O Muriaé*, Muriaé, 16 jan. 1896, p. 4.

45 Maria Celi Chaves Vasconcelos, *A casa e seus mestres: a educação no Brasil do oitocentos*, Rio de Janeiro: Gryphus, 2005.

46 Cynthia Greive Veiga, “Infância subalterna: dimensões históricas das desigualdades nas condições de ser criança (Brasil, primeiras décadas republicanas)”, *Perspectiva*, v. 37, n. 3 (2019), pp. 767-790, [DOI](#).

47 Maria Lucia Rodrigues Müller, *A cor da escola: imagens da Primeira República*, Cuiabá: Entrelinhas; Editora da UFMT, 2008.

48 Luciano Mendes de Faria Filho, *República, trabalho e educação: a experiência do Instituto João Pinheiro, 1909/1934*, Bragança Paulista: EDUSF, 2001; Irlen Antônio Gonçalves, “A formação do sujeito trabalhador na República: o ensino técnico profissional e a criança desvalida da fortuna” in Irlen Antônio Gonçalves (org.), *Progresso*,

reconhecer que os irmãos Eutrópio frequentaram a escola e acessaram os saberes que ali se produziam em um contexto de disseminação de uma oferta escolar diferenciada e desigual, o que, na interpretação de Cynthia Greive Veiga, contribuiu para a produção de subalternidade das crianças pobres e negras e do estigma de sua inferioridade, aquilo que ela chamou de “produção da infância subalterna”, ou seja, o projeto de escolarização do social e de infância escolarizada, criado pelo Estado, estava permeado por concepções negativas de raça, classe e gênero.⁴⁹

Concluídas as etapas do nível primário ou elementar, os irmãos Eutrópio – em diferentes momentos e circunstâncias, já que possuíam idades diversas – seguiram para o ensino secundário, grau de escolarização que, até meados do século XX, foi pensado como espaço de produção e manutenção do *status quo* dos filhos das elites e de frações das classes médias.⁵⁰ Por certo, foi uma fase marcada por tensões e conflitos, já que a presença de sujeitos negros nos então denominados “colégios” e “ginásios” poderia ser vista como uma apropriação política de um lugar social (e racial) que não poderia lhes pertencer. De todo modo, parece que os irmãos Eutrópio, cada um com os (e informados pelos) seus projetos, anseios e inquietações, viram no prestigiado ensino secundário uma forma de promessa, benefício ou vantagem.

Todos eles frequentaram, em diferentes momentos, o Ginásio Mineiro, estabelecimento renomado e bem-conceituado no campo do ensino secundário em Minas Gerais. Criado em 1890, logo após a instauração do regime republicano, e equiparado ao Ginásio Nacional (antigo Colégio Pedro II) em 1892, sua finalidade política era a reprodução da configuração social vigente. Dito de outro modo, pretendia-se preservar o elitismo do ensino secundário e conservá-lo como espaço de construção

trabalho e educação profissional em Minas Gerais (Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012), pp. 61-84; Milton Pires de Oliveira, *Formar cidadãos úteis: os patronatos agrícolas e a infância pobre na Primeira República*, Bragança Paulista: EDUSEF, 2003.

49 Veiga, “Infância subalterna”, pp. 767-790.

50 Rosa Fátima de Souza-Chaloba e Norberto Dallabrida, “O ensino secundário e a formação das elites”, *Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura*, v. 29 (2021), pp. 1-7, [↗](#).

de formas de ingresso no ensino superior – por meio do ensino propedêutico, isto é, através de cursos preparatórios e de exames de admissão.⁵¹ Por isso, as políticas pedagógicas e as filosofias educacionais formuladas no Ginásio Mineiro, ao menos nos seus anos iniciais de atuação, pautavam-se em uma educação estética, retórica, mas igualmente moral e cívica, fundamentada em uma noção de cultura humanística.⁵²

A criação do Ginásio Mineiro, dividido em dois estabelecimentos (internato em Barbacena e externato em Ouro Preto e, a partir de 1898, em Belo Horizonte), ocorreu em meio ao processo de institucionalização da forma escolar do ensino secundário no Brasil nos primeiros anos republicanos. Ilton de Oliveira Chaves Júnior observou que houve nesse período uma busca pela definição da “identidade” do ensino secundário que, no caso do Ginásio Mineiro, deu-se por meio da fabricação de uma forma escolar colegial.⁵³ Essa espécie de maquinaria escolar se pautava na construção de um amplo conjunto de práticas que fundamentaram as noções ligadas ao processo de escolarização no Ginásio Mineiro, como idade escolar, sistema de classes e regime seriado.⁵⁴

Um dos recursos usados na tentativa de consolidar essa organização e sistematização de uma forma escolar foi a inclusão no currículo do Ginásio Mineiro de disciplinas das ciências – matemática, história natural, física, química – que, ao lado de um ensino da cultura clássica humanista, deveria servir de eixo articulador dos estudos.⁵⁵ Tratou-se de uma estratégia um tanto “progressista”, já que o ensino de caráter estritamente enciclopédico era regra no tradicional nível secundário. Os irmãos

51 Ilton de Oliveira Chaves Junior, “Provocar, auxiliar e fiscalizar: o lugar do Estado na produção do ensino secundário em Belo Horizonte (1898-1931)”, Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010, [↗](#).

52 Natércia Micheletti Viana, “Juventude, cidade e educação: a experiência do Ginásio Mineiro em Belo Horizonte (1898-1914)”, Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004, [↗](#).

53 Chaves Junior, “Provocar, auxiliar e fiscalizar”.

54 Chaves Junior, “Provocar, auxiliar e fiscalizar”.

55 Viana, “Juventude, cidade e educação”.

Eutrópio conviveram de perto com esses processos de transformação do ensino secundário. Temístocles Eutrópio estudou no Internato do Ginásio Mineiro em Barbacena, entre 1897 e 1899. Localizei registros da sua presença nesse estabelecimento nas seções dos jornais dedicadas à divulgação das aprovações dos alunos das instituições escolares mineiras. Por exemplo, em 1898, matriculado no segundo ano do curso secundário (que durava seis anos), ele foi aprovado com “distinção” em Português e “plenamente” em Francês, Aritmética e Álgebra, Geografia e Latim.⁵⁶

Depois de 1899, seus rastros desapareceram da imprensa. É provável que tenha se desligado do Ginásio Mineiro, indo para outra escola secundária ou, até mesmo, encerrado os seus estudos, não completando integralmente o nível secundário. O caso do seu irmão Júlio é semelhante. Encontrei vários registros da sua presença no segundo ano do curso secundário do Internato do Ginásio Mineiro de Barbacena em 1904.⁵⁷ Depois desse ano, sua aparição finda nos jornais. De todo modo, vale ressaltar que eles acessaram um grau de escolarização em um contexto em que esse tipo de educação era inacessível para a maioria dos meninos e jovens da sua condição racial. Por isso, suas trajetórias nesses espaços de privilégio apresentam outras possibilidades para a compreensão dos processos de escolarização no ensino secundário – elitista e branco, por excelência – por meio das pressões sociais de diferentes intensidades que as suas presenças podem ter provocado. Afinal, qual foi o significado político dessa presença negra naqueles espaços de poder?

Não podemos desconsiderar, inclusive, os muitos tipos de investimento que os irmãos Eutrópio e a sua família fizeram para que esse tipo de conquista fosse possível. Ainda que o Ginásio Mineiro tenha sido uma

56 *A Lavoura*, Barbacena, 18 ago. 1898, p. 3. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil, [↗](#). Seu nome também figura na seção “Ginásio Mineiro”, do *Minas Geraes*, uma espécie de estatística escolar das atividades daquele estabelecimento de ensino. Ver as edições do *Minas Geraes*, Cidade de Minas, dos anos de 1898 e 1899.

57 Ver as edições do *Minas Geraes*, Belo Horizonte, do ano de 1904.

instituição pública, não foi regido pela lógica da gratuidade. Em 1897, quando Temístocles ingressou na instituição, cobrava-se 40 réis pela taxa de matrícula e 250 mil réis de pensão semestral.⁵⁸ Uma reforma financeira realizada em 1899, além de ter estabelecido o valor de 750 mil réis para a pensão anual, também colocou à cargo dos alunos as despesas com médico, farmácia, lavagem de roupa, fornecimento de livros e objetos de escritório que, até então, eram custeados pelo Estado.⁵⁹ Ou seja, os estudantes do Ginásio Mineiro e suas famílias dispendiam de valores nada desprezíveis e pouco acessíveis às camadas pobres.

É difícil estabelecer os significados que esse tipo de escolarização formal poderia ter na vida de homens negros. Em estudo sobre a trajetória de homens negros letrados em Porto Alegre (Rio Grande do Sul) no início do século XX, Melina Perussatto considerou que o acesso aos cargos públicos era facilitado pelos estudos secundários.⁶⁰ De fato, o funcionalismo público de médio e baixo escalão foi uma ocupação comum e compartilhada por grande parcela de homens alfabetizados e financeiramente remediados, brancos e não brancos. Ainda assim, o universo dos mundos do trabalho no imediato pós-abolição, especialmente da “arraia-miúda” dos trabalhadores com certa qualificação, foi formatado por inúmeros e cambiantes mecanismos, de base racial, de marcação e produção de diferenças. Os trabalhadores letrados do pequeno funcionalismo público compartilhavam do idioma racial vigente nesse contexto, no qual concepções de raça e o ideal de embranquecimento estavam fundamentando as relações de trabalho em diferentes partes do país.⁶¹ Curso inevitável de eventos, condição predestinada ou promessa de uma vida

58 *Minas Geraes*, Ouro Preto, 29 jun. 1897, p. 2.

59 *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 16 mai. 1899, p. 3. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil, [📄](#).

60 Melina Kleinert Perussatto, “Arautos da liberdade: educação, trabalho e cidadania no pós-abolição a partir do jornal *O Exemplo* de Porto Alegre (1892-1911)”, Tese (Doutorado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018, [📄](#).

61 Jonatas Roque Ribeiro, “A classe de cor: uma história do associativismo negro em Minas Gerais (1880-1910)”, Tese (Doutorado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2022, [📄](#), pp. 143-196.

que poderia ser marcada pela ascensão social e pela respeitabilidade que a posse de um emprego público poderia facultar, fato é que Temístocles Eutrópio atuou – por meio de nomeação e não por concurso público –, desde 1907, como auxiliar de escrivão e, depois de 1922, como escrivão de paz no cartório civil do distrito de Boa Família, em Muriaé.⁶²

Não encontrei referências sobre a possível trajetória profissional de Júlio Eutrópio. Em um dos processos cíveis de conflitos fundiários nos quais o seu suposto pai esteve envolvido, ele foi mencionado ora como proprietário das terras, ora como herdeiro do padre Passarelli, o que denota um possível controle e autoridade em relação às atividades financeiras da família.⁶³ Além disso, o acesso ao *status* de cidadão, especialmente aquele ligado à cidadania política, isto é, o direito de ser eleitor, algo muito caro à noção de civismo e de participação política na Primeira República, especialmente para homens negros, só era possível àqueles que ostentassem o domínio e o manejo dos letramentos ofertados por uma instrução formal.⁶⁴ Os irmãos Eutrópio, quando completaram idade necessária para adquirir o título eleitoral (21 anos), não demoraram em fazê-lo, como mais um recurso político de ampliação das suas condições de cidadania.⁶⁵

62 *Minas Geraes*, Belo Horizonte, 4 mar. 1907, p. 7. Disponível na Hemeroteca Digital do Diário Oficial de Minas Gerais, [↗](#). Arthur da Silva Bernardes, *Mensagem dirigida pelo presidente do Estado ao Congresso Mineiro, em sua 4ª Sessão Ordinária da 8ª Legislatura do ano de 1922*, Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1922, p. 38.

63 MEJUD, cx. 4045, proc. 43901178, *Processo de Divisão de Fazenda*.

64 Felipe Azevedo e Souza, “A dissimulada arte de produzir exclusões: as reformas que encolheram o eleitorado brasileiro (1881-1930)” in Felipe Azevedo e Souza, *Nas ruas: abolicionismo, republicanismo e movimento operário em Recife* (Salvador: EDUFBA, 2021), pp. 203-232.

65 Seus nomes constam na lista de eleitores de Muriaé do ano de 1911. Arquivo Histórico Municipal de Muriaé (AHMM), Muriaé, Fundo Especial: Eleitorais 1903-1923, cx. 17, etiqueta 2, doc. 1, *Alistamento eleitoral*, 1911.

Ensino superior: expectativas (im)possíveis?

A trajetória de José Eutrópio no ensino secundário foi um tanto diferente e peculiar em relação àquela vivenciada pelos seus irmãos. Aos 14 anos, ele foi enviado para o afamado Colégio do Caraça. Embrenhado entre as montanhas da região central de Minas, segundo Mariza Guerra de Andrade, esse estabelecimento foi considerado um colégio secundário modelo, muito por conta da disciplina austera e da excelência de seu ensino.⁶⁶ Praticava o modelo asilar e o ensino humanístico de cunho monacal como fundamento da sua forma escolar. Na documentação disponível nos arquivos do Caraça, localizei os registros de José Eutrópio entre os anos de 1900 e 1902, período em que viveu e estudou ali. São informações que apresentam poucos indícios sobre a rotina escolar e a sua trajetória como aluno.

Causa curiosidade o fato de ele ter sido enviado para o Caraça, ao contrário do que ocorreu com os seus irmãos. Talvez tenha sido uma escolha do padre Passarelli. Dirigido pela Congregação da Missão, também conhecida como Lazaristas, o Caraça tinha considerável prestígio entre os membros da Igreja.⁶⁷ Em carta endereçada ao então bispo de Mariana, Silvério Gomes Pimenta, o padre Passarelli pediu o seu apoio para arranjar uma vaga para José Eutrópio no Caraça. Disse que o “rapaz [era seu] afilhado, [tinha] boa índole, moralidade e decência compatíveis com o renome do Caraça e não sofr[ia] de moléstia alguma. [Era] um espírito que [tinha] pendor para os estudos”.⁶⁸

A estratégia do padre não aparenta ter sido um recurso para conseguir uma bolsa de estudos ou outra forma de gratuidade para José Eutrópio, até porque em seus registros consta que ele foi um aluno pagante.

66 Mariza Guerra de Andrade, *A educação exilada: Colégio do Caraça*, Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

67 Andrade, *A educação exilada*.

68 Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM), Mariana, Fundo Dom Silvério Gomes Pimenta, Seção Correspondências Privadas, arquivo 4, gaveta 2, pasta 8, *Correspondência enviada por João Passarelli a Silvério Gomes Pimenta*, 20 nov. 1899.

Parece ter se tratado de uma tentativa de favorecer a figura do jovem estudante perante a comunidade do Caraça, especialmente entre os padres que o dirigiam. Ser um “protegido” do bispo poderia ser um bom cartão de visitas para um garoto negro que possuía um histórico familiar pouco convencional. Não localizei a resposta do bispo. Contudo, vale mencionar que ele e o padre Passarelli construíram uma amizade regular, ainda que por meio de cartas. Para se ter uma ideia, entre a década de 1880 e 1922, quando Silvério Gomes Pimenta faleceu, já na condição de arcebispo, eles trocaram 7 cartas. Inclusive, por ocasião do seu falecimento, o padre Passarelli celebrou uma missa na igreja matriz de Muriaé em “sufrágio da alma do eminente e venerando prelado, que contou com grande número de pessoas de todas as classes sociais”.⁶⁹ Se teve ou não algum tipo de amparo, ainda que simbólico, por parte do bispo, isso não livrou José Eutrópio de situações desagradáveis em sua temporada no Caraça. Quando ele faleceu, em 1929, um antigo colega escreveu um obituário publicado na imprensa no qual contou algumas lembranças que envolveram a vida do amigo nos tempos do colégio interno. Em sua descrição, Guedes Bastos relatou que:

Logo após sua chegada ao Caraça, por ocasião do aniversário do professor padre Felipe Motta, seus colegas promoveram uma manifestação ao aniversariante, que era francês. Por uma espécie de mofa, de zombaria ao Eutrópio, novato de cor, deram-lhe a palavra para saudar o padre em francês. Faziam questão. O discurso havia de ser feito em francês. Pois bem, o aluno que mal se matriculara no segundo ano, resoluto, sem tergiversar, levantou-se, pronunciando um belo discurso na língua exigida que deixou a todos estupefatos, tendo sido muito abraçado pelos padres e colegas.⁷⁰

Desde cedo, José Eutrópio conviveu com formas de violência racial, da qual o episódio lembrado pelo amigo Guedes Bastos é um exemplo. Outro indício de possíveis constrangimentos – raciais, inclusive

69 *O Zero*, Muriaé, 17 set. 1922, p. 2. Disponível no Arquivo Histórico Municipal de Muriaé.

70 *Minas Geraes*, Belo Horizonte, 18 jul. 1929, p. 8. Disponível na Hemeroteca Digital do Diário Oficial de Minas Gerais, [↗](#).

– por ele experienciados foi a forçosa imposição da vivência em um espaço marcado pela predominância da brancura e dos seus valores racializados – isto é, a branquitude –, pois, conforme observou Mariza Guerra de Andrade, foi raríssima a presença de estudantes não brancos no Caraça, em razão da recusa dos padres em recebê-los e das famílias brancas em manter seus filhos em convívio (em nível de igualdade) com sujeitos negros.⁷¹ Esses são indicativos de que a vida para um adolescente negro naquele colégio de elite não foi fácil. Talvez por isso, José Eutrópio tenha investido pesadamente nos seus estudos. Em um dos poucos documentos produzidos pelos padres do Caraça sobre o desempenho escolar e o comportamento dos estudantes internos, José Eutrópio foi descrito como um aluno “ótimo em tudo”. Além disso, foi caracterizado como “moço de confiança e consciencioso nos cargos que lhe são oferecidos, [tinha] atitude piedosa, sólida, já de homem, com muita facilidade de assimilação e boa memória”.⁷² Ser um aluno “ótimo em tudo” poderia significar (e dizer) muita coisa. De acordo com a lógica pedagógica do colégio, “os critérios de avaliação eram basicamente quatro: piedade, juízo, inteligência e procedimento, atributos que, de resto, conformavam a vida de um colégio-convento”.⁷³ No entanto, é válido questionar se, no caso de José Eutrópio, essa dedicação e empenho foram escolhas conscientes por conta de inclinação, aptidão ou gosto pelos estudos ou se foi uma imposição para conseguir sobreviver com o mínimo de dignidade e segurança em um espaço marcado por hostilidades, inclusive raciais.

As memórias de um outro estudante do Caraça, publicadas em forma de livro, lançam outras perspectivas sobre as possibilidades e as imperiosidades de ser interno naquele colégio no início do século XX. Augusto da Costa Leite foi contemporâneo de José Eutrópio no Caraça. Em suas recordações, contou que o estabelecimento se assemelhava a

71 Andrade, *A educação exilada*.

72 Arquivo Histórico do Santuário do Caraça (AHSC), Santa Bárbara, Fundo Colégio do Caraça (FCC), 1895-1912, cx. 7, cartilha T1.2.2, *Caderno do Conselho dos Professores*, dez. 1901, fl. 6.

73 Andrade, *A educação exilada*, p. 102.

uma prisão, marcado pela reclusão e clausura, tanto em termos de sociabilidade, quanto do modo e do que se ensinava. O uniforme – a batina de merinó – era um fardo, a comida sofrível, os padres severos e rigorosos e o ensino pautado na memorização, recitação, tradução e cópia de textos.⁷⁴ Se, de fato, outros estudantes tinham a mesma impressão que a de Augusto Leite, é compreensível considerar que tornar-se um bom aluno, segundo a visão dos padres, poderia ser uma estratégia bem-sucedida de sobrevivência naquele contexto.

Independente – ou por conta – das circunstâncias e obstáculos, José Eutrópio procurou tirar proveito daquilo que lhe foi ofertado pela sua família.⁷⁵ Inclusive, durante os anos no Caraça, ele manteve correspondência regular com a sua mãe, o que possivelmente deve ter amenizado a vida difícil no colégio.⁷⁶ Ainda que a fama e a tradição de ser a “grande casa de educação, formador das elites, sementeira do poder” do Caraça não correspondesse totalmente à realidade, já que, ao menos no processo de ensino e aprendizagem, o colégio sofria com a ausência de professores, descumprimento da grade curricular e a falta de organização das classes ou séries escolares, ele atendia a uma demanda muito cara às elites e classes médias – era um “centro formador de uma cidadania restrita e

74 Augusto da Costa Leite, *Saudades e lembranças do Caraça*, São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1941.

75 Não deve ter sido pequeno o investimento, tanto de José Eutrópio, quanto da sua família, para a sua permanência no Caraça. De acordo com Mariza Guerra de Andrade, *A educação exilada*, p. 49, “o custo anual do aluno incluía, além da matrícula e as nove pensões mensais – pagas adiantadamente por trimestre –, despesas com vestuários, calçados, material didático, lavagem de roupa, médico, gastos diversos (selos, correio, alfaiate, utensílios pessoais, etc.) e iluminação”. Segundo o livro de contas correntes do Caraça, os gastos do aluno José Eutrópio para os anos de 1900 e 1901 foram de 259.530 réis e 202.450 réis, respectivamente. AHSC, Santa Bárbara, FCC, cx. 4, cartilha T1.3.3, Livro de Contas, 1900-1903, *Contas Correntes do aluno José Eutrópio*, (1900 e 1901).

76 Há, no AHSC, registros de cinco cartas de José Eutrópio endereçadas à sua mãe durante o período em que viveu no colégio. Essas, assim como todos os seus demais documentos escolares, foram sempre registradas (e não assinadas) em nome de Josefa Maria da Conceição. Segundo nota oficial do AHSC, o acervo de cartas remetidas e recebidas pelos estudantes anteriores à década de 1930 foi perdido no incêndio ocorrido em 1968 e que destruiu consideravelmente parte do seu arquivo histórico.

dos futuros condutores da vida pública”.⁷⁷ Ter frequentado os bancos escolares do Caraça deixou marcas na trajetória intelectual de José Eutrópio. O amplo domínio do latim e do francês, se não foi adquirido, ao menos se desenvolveu no período em que esteve no colégio. Ali, a “predominância do latim e do francês na grade curricular adotada pelo Caraça consistia no estudo das línguas latina e francesa que preparava os alunos para escrever em latim e francês, fosse em prosa, fosse em verso, com tanta ou mais facilidade do que em português”.⁷⁸ Além desses conhecimentos, é possível que a admiração pela oratória, e até mesmo pela retórica, tenha sido adquirida no Caraça, já que se cultivava naquele espaço “a arte do bem falar e do escrever como expressão de uma distinção social”.⁷⁹ De fato, José Eutrópio foi considerado um dos oradores mais eloquentes da sua geração.⁸⁰

No primeiro semestre de 1902, pouco antes do fim do ano letivo, ele decidiu – ou foi impelido a tomar tal decisão de – deixar o Caraça. Na verdade, ele não foi o único. Uma epidemia de beribéri, que se alastrou nos primeiros meses daquele ano, obrigou o colégio a interromper as suas atividades, o que afastou, em definitivo, muitos dos seus alunos. Mariza Guerra de Andrade observou que os surtos de beribéri foram comuns no colégio, muito em razão do clima da região e das péssimas condições de alimentação e saúde a que os alunos eram submetidos.⁸¹ Por conta disso ou por outra razão, José Eutrópio seguiu para Belo Horizonte, a recém-fundada nova capital de Minas. Ele se matriculou no quarto ano do curso secundário do Externato do Ginásio Mineiro. Para isso, requereu e foi aprovado “plenamente” em Corografia do Brasil, Português, Latim,

77 Andrade, *A educação exilada*, pp. 42-43.

78 Andrade, *A educação exilada*, p. 84.

79 Andrade, *A educação exilada*, p. 77.

80 O memorialista Joel Peixoto Manoel chegou a afirmar que José Eutrópio “era orador de primeira qualidade e quando falava na tribuna ou na cátedra o fazia com genialidade”. Joel Peixoto Manoel, *Tópicos da História de Muriaé*, v. 2, Muriaé: Tipográfica, 2015, pp. 212-218; Dormevilly Nóbrega, *José Eutrópio: subsídios para uma biografia*, Brasília, DF: Centro Gráfico do Senado Federal, 1987.

81 Andrade, *A educação exilada*.

Francês e Inglês e “simplesmente” em Álgebra, Geometria e Desenho, exames realizados ainda no Caraça.⁸²

Com exceção das seções do *Minas Geraes* e do *Diário de Minas*, dedicadas à divulgação das notas dos alunos dos colégios secundários e da Faculdade de Direito, não localizei outros registros sobre as suas vivências em Belo Horizonte. Nessas seções, José Eutrópio foi qualificado como “acadêmico” – rótulo que podia ser lido como expressão de uma cultura da respeitabilidade, algo muito caro na lógica do elitismo que vigorava nos ensinos secundário e superior. Ele realizou exames de promoção nas séries do Externato do Ginásio Mineiro, entre agosto de 1902 e dezembro de 1903, e no curso de Direito da Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais, entre abril de 1904 e março de 1906.⁸³ Esse “silêncio” impossibilitou um exame mais detido sobre a sua trajetória escolar no ensino secundário. Por exemplo, ele chegou a concluir esse nível de ensino que, segundo as leis vigentes no período, davam aos seus concluintes a possibilidade do acesso ao grau de bacharel em Ciências e Letras? Ou será que realizou algum tipo de exame de promoção que o habilitou a ingressar no ensino superior mesmo sem ter concluído o ensino secundário, recurso também permitido pelas leis?

Mesmo assim, é possível considerar que José Eutrópio conviveu com as transformações que marcaram as faculdades de Direito e o ensino jurídico na Primeira República. A própria Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais, fundada em 1892, surgiu na esteira das decorrências da chamada Reforma Leôncio de Carvalho, implementada em 1879, ainda no Império. Uma das suas prerrogativas previa a equiparação das academias particulares às instituições oficiais (públicas), ou seja, a possibilidade de os estados da federação ou particulares fundarem instituições

82 AHSC, Santa Bárbara, FCC, cx. 4, cartilha T1.2.9, Cadernos de Exames, 1901-1911, *Ata das provas escritas e orais do aluno José Eutrópio*, mar. 1902.

83 O primeiro registro do nome de José Eutrópio como aluno da Faculdade de Direito e realizando os seus exames apareceu em abril de 1905, no qual consta que ele era aluno do segundo ano, portanto, tendo ingressado no curso em 1904. *Minas Geraes*, Belo Horizonte, 4 abr. 1905, p. 5.

de ensino jurídico – as faculdades livres de Direito –, que não deveriam mais, necessariamente, ficar a cargo da União, processo que ficou conhecido como desoficialização do ensino.⁸⁴ Na interpretação de Ariel Engel Pessa, a fundação das faculdades livres de Direito na década de 1890 esteve profundamente vinculada à organização da ordem política do recém-instaurado estado republicano.⁸⁵ O caso da Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais não foi diferente. Luiz Duarte Haele Arnaut considerou que essa instituição desempenhou papel relevante no processo de institucionalização do regime republicano em Minas, a partir da difusão de um projeto político-educacional pautado na conformação de uma cultura política para as instituições político-jurídicas republicanas e na especialização de saberes e do ensino jurídico.⁸⁶

Considerada porta de entrada – especialmente para aqueles que haviam nascido sem berço – ao mundo da política profissional ou política partidária, o diploma de bacharel em Direito, e não necessariamente o exercício da advocacia, pode ter sido um atrativo e uma forma de construir uma vida com mais segurança e tranquilidade para José Eutrópico, ou então, o caminho “natural” para quem vinha de uma família de posses, apesar das imensas distâncias que separavam a sua realidade da de muitos jovens brancos das classes médias e das elites. O Direito pode, também, ter sido uma imposição do padre Passarelli. Quando da fundação da Faculdade Livre de Direito de Minas, em 1892, a sua comissão fundadora criou campanhas em vários municípios mineiros para proceder a arrecadações que pudessem constituir o patrimônio material da futura instituição. Nas listas de subscrições reproduzidas no *Minas Geraes*, consta o nome

84 Luiz Antônio Cunha, *A universidade temporã: o ensino superior, da Colônia à era Vargas*, 3º ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2007.

85 Ariel Engel Pessa, “O ensino do Direito no Brasil: das faculdades livres à reforma Francisco Campos”, Dissertação (Mestrado em Direito), Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018, [↗](#).

86 Luiz Duarte Haele Arnaut, “Reinado do Direito (Minas Gerais, 1892-1911)”, Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997, [↗](#).

de João Passarelli que, em setembro de 1892, doou a significativa quantia de 50 mil réis para as obras do estabelecimento.⁸⁷

De todo modo, José Eutrópio construiu – não sem toda sorte de dificuldades – uma trajetória exitosa nos cursos jurídicos que frequentou, primeiro em Belo Horizonte e depois no Rio de Janeiro. Ele esteve nos bancos escolares das faculdades de Direito em um contexto em que essas instituições, o seu ensino jurídico, assim como os profissionais da área, “colocavam na ordem do dia a necessidade de dotar a sociedade de institutos, homens e patrimônio legal. A legislação aparecia tanto como origem da República, quanto resultante de inspiração republicana”.⁸⁸ “Republicano fervoroso”, como o próprio José Eutrópio se definiu anos depois, é bem provável que essa aderência ao republicanismo – inclinação ou apoio que poderia ter muitos significados – tenha sido iniciada nos cursos superiores de jurisprudência.⁸⁹ De fato, as academias jurídicas se portaram como baluartes da construção e da defesa de múltiplos projetos republicanos de sociedade e, nesse contexto, a defesa do republicanismo, em suas mais diversas formas, constituiu-se em uma dessas expressões.

Mas se a cultura política forjada nesses espaços parecia caminhar para um processo de transformação (ainda que conservador) dos formatos políticos que estruturavam a sociedade brasileira, o ensino jurídico não se modificou em relação ao que era praticado no Império, já que permaneceu estagnado e incapaz de lidar com as mudanças que surgiam em uma sociedade cada vez mais complexa. Até o final da década de 1901, a principal discussão ainda girava em torno do ensino livre – liberdade de

87 *Minas Geraes*, Ouro Preto, 24 set. 1892, p. 3.

88 Arnaut, “Reino do Direito”, p. 16.

89 *O Pharol*, Juiz de Fora, 12 mar. 1910, p. 2. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil,  José Eutrópio se definiu como “republicano fervoroso” no contexto da campanha civilista de Rui Barbosa às eleições presidenciais de 1910, na qual declarar-se republicano significou a defesa de uma forma de republicanismo democrático que se opunha ao republicanismo liberal que sustentava a Política dos Estados, implantada na década de 1890 e que mantinha – ainda que imprecisamente – a filosofia política do Partido Republicano, grupo hegemônico no país naquele momento. Vera Lúcia Bogéa Borges, *A batalha eleitoral de 1910: imprensa e cultura política na Primeira República*, Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

ensino, de frequência e de criação de novos estabelecimentos de ensino –, instituído pela Reforma Leôncio de Carvalho. Mesmo assim, novos temas foram, paulatinamente, surgindo e ganhando espaço na agenda pedagógica do ensino jurídico, como a compreensão do fenômeno jurídico enquanto um sistema de normas e princípios que governava a conduta humana com o objetivo de estabelecer regras e regulamentos para que fosse possível garantir a justiça, a ordem e a harmonia nas relações entre indivíduos e instituições.⁹⁰

Nesse sentido, José Eutrópio foi formado, em sua trajetória de estudante de Direito, dentro da lógica daquilo que Sergio Adorno chamou de “bacharelismo”. Essa forma de cultura política forjada nas instituições dedicadas à formação de bacharéis em Direito não apenas formou juristas e burocratas, mas também indivíduos ligados à literatura e diversos outros campos da cultura. Isso se deveu à proximidade da formação em Direito com as letras, a arte da retórica e a fascinação pelos livros e também pela falta de academias especializadas em outras áreas.⁹¹ Assim, o bacharelismo foi um fenômeno abrangente que influenciou a sociedade a partir das muitas representações atribuídas ao papel do bacharel em Direito. De fato, José Eutrópio usufruiu – ao menos em termos simbólicos – da posição de prestígio por ter frequentado os bancos escolares de faculdades de Direito e, após a conclusão do seu curso, por ostentar o título figurativo de “doutor” em Ciências Jurídicas e Sociais. Para um homem negro que vivia em uma sociedade especializada em criar estratégias de subalternização das gentes negras, exibir tais símbolos de distinção poderia significar muito.

Apesar do seu bom desempenho escolar, segundo apresentaram os resultados dos seus exames publicados na imprensa, e por razões que desconheço, no final do ano letivo de 1905, ele pediu transferência para o curso da Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, o que foi aprovado pela congregação da Faculdade de Minas Gerais em dezembro daquele

90 Pessoa, “O ensino do Direito no Brasil”.

91 Sergio Adorno, *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

mesmo ano.⁹² Assim, no final de 1906, seu nome passou a aparecer nos jornais cariocas. A partir desse momento, sua presença se acentua na imprensa, seja por conta da sua atuação como músico ou então devido à sua trajetória escolar na academia de Direito carioca. Em outro trabalho, apresentei a trajetória de José Eutrópio no campo da produção cultural na Primeira República a partir da sua atuação como pianista, mas principalmente como autor de peças no popular e requisitado teatro de revista, no qual ele atuou com assiduidade a partir da década de 1910.⁹³ Um dos seus primeiros registros no Rio de Janeiro apareceu em uma nota da imprensa na qual ele despontou ao lado de alguns outros músicos trabalhando de forma independente – isto é, sem vínculo formal – em uma *soirée* realizada no Teatro Maison Moderne, uma das muitas casas de diversões da famosa Empresa Pascoal Segreto.⁹⁴

Ainda que alguns livros de memória afirmem que José Eutrópio foi aluno do Conservatório de Música “Giuseppe Verdi” – também conhecido como Conservatório de Milão –, na Itália, e do Instituto Nacional de Música, no Rio de Janeiro, não localizei registros sobre a sua presença nestes estabelecimentos de ensino.⁹⁵ É mais provável que ele tenha sido um músico autodidata ou estudado em outra instituição, mas, de qualquer forma, a música foi algo presente desde cedo em sua vida. No inventário do padre Passarelli, havia um piano Pleyel entre os seus bens, sinal de um possível apreço pela cultura musical.⁹⁶ No Colégio do Caraça, por sua

92 Camilo de Brito, professor da Faculdade de Direito de Minas e responsável pela *Memória Histórica* da instituição para o ano de 1906, não elencou as razões apresentadas por José Eutrópio para solicitar a transferência para a faculdade do Rio de Janeiro. Informou apenas que ela foi requerida e aprovada. Camilo de Brito, “Memória histórica da Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais”, *Revista da Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais*, Belo Horizonte, v. 8 (1906), p. 68.

93 Ribeiro e Gonçalves, “A invenção do Brasil negro”.

94 *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 6 ago. 1906, p. 10. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil, [🔗](#).

95 Joel Peixoto Manoel, *Tópicos da História de Muriaé*, p. 212, afirmou que José Eutrópio era maestro formado e diplomado em Milão e Dormevilly Nóbrega, *José Eutrópio*, p. 10, atestou que ele estudou no Instituto Nacional de Música. Contudo, nenhuma das duas hipóteses são verdadeiras.

96 MEJUD, cx. 4045, proc. 43901178, *Processo de Divisão de Fazenda*, fl. 9.

vez, os alunos tinham aulas de música em sua grade curricular e eram incentivados no manejo de instrumentos musicais.⁹⁷ Por prazer, entretenimento ou necessidade, José Eutrópio utilizou a música como forma de manutenção, ou complemento de renda, enquanto viveu na condição de estudante no Rio de Janeiro. Ao longo do ano de 1907, por exemplo, ele publicou ser um “exímio pianista” na seção de anúncios pagos do renomado *Jornal do Brasil*.⁹⁸

Por se tratar de uma ocupação extremamente instável em vários aspectos – financeiro, de *status*, de vínculo empregatício formal –, não me parece que ele viveu somente das rendas que a música poderia proporcionar, sendo provável que contasse com os auxílios financeiros da família. Além disso, as representações negativas que se construíram naquele momento vinculando músicos “populares” – especialmente os negros – à vadiagem, pode ter provocado algum tipo de receio em José Eutrópio.⁹⁹ De fato, por causa da disseminação no imaginário coletivo das famigeradas teorias racistas do determinismo racial, a condição racial, especialmente a cor de um sujeito, era elemento suficiente para torná-lo um suspeito em potencial. Segundo Sidney Chalhoub, ela serviu como um dos fundamentos da estratégia de atuação da polícia nas grandes cidades brasileiras desde, pelo menos, a abolição da escravidão em 1888. A polícia passou a agir a partir daquilo que o historiador chamou de “suspeição generalizada”, isto é, o pressuposto de que todo sujeito negro é suspeito (incondicional) de alguma coisa até prova em contrário.¹⁰⁰ Definida como uma contravenção no Código Penal de 1890, entre as muitas possibilidades de interpretação da vadiagem não havia nenhuma menção a critérios

97 Andrade, *A educação exilada*.

98 *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1 jan. 1907, p. 13; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 3 jun. 1907, p. 13; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 14 out. 1907, p. 13. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil, [BZ](#).

99 Maria Angela Borges Salvadori, *Capoeiras e malandros: pedaços de uma sonora tradição popular (1890-1950)*, Jundiá: Paco Editorial, 2020; Maria Clementina Pereira Cunha, “*Não tá sopa*”: *sambas e sambistas no Rio de Janeiro, de 1890 a 1930*, Campinas: Editora da UNICAMP, 2015.

100 Sidney Chalhoub, *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*, 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2012.

raciais nas formas de reconhecê-la e puni-la, o que gerava a ilusão de que não havia distinção entre os “vagabundos” perante a lei. Mas, curiosamente, conforme observou Lericice Garzoni, a “vagabundagem” ou “vadiação”, isto é, o ato de ser “vagabundo”, possuía condição racial e cor. Efetivamente, ser preso por vadiagem não era “privilégio” de poucos brasileiros no início do período republicano. No Rio de Janeiro, esse era um dos motivos mais recorrentes das prisões de muitos trabalhadores pobres e negros, envolvidos com ocupações provisórias ou instáveis.¹⁰¹

Ainda que não compartilhasse diretamente as mesmas dificuldades materiais, tampouco as experiências de vida de um trabalhador braçal pobre e sem instrução, José Eutrópio talvez soubesse que a sua condição de homem negro se movia na incerteza. Não havia garantia plena de que uma pessoa negra não fosse interpelada pelas violências – em suas muitas formas – do racismo e de outras expressões de preconceito e discriminação raciais. Essas percepções não devem ter sido estranhas a ele, ainda mais pelo fato de ter experienciado a realidade da vida nos cortiços e em outras formas de moradia compartilhada que abundavam pela região central do Rio de Janeiro. Durante algum tempo, José Eutrópio viveu em uma dessas casas na Rua Senador Pompeu, nº 150, freguesia de Santa Rita, em uma “pensão de estudantes”, segundo definiu o seu proprietário Vitorino Lourenço Alves em um anúncio de aluguel publicado na imprensa em 1907.¹⁰² Entretanto, ao que tudo indica, tratava-se de uma habitação coletiva, da qual a pensão fazia parte, já que ainda em 1907, conforme noticiou a imprensa, “o sr. chefe do 3º Distrito Sanitário mandou interditar a ala esquerda do cortiço da rua Senador Pompeu, n. 150”.¹⁰³

101 Lericice Castro Garzoni, “Nas fronteiras do não-trabalho: trabalhadoras pobres e as definições de vadiagem no início do século XX”, *Revista Mundos do Trabalho*, v. 1, n. 2 (2009), pp. 65-93, [↗](#).

102 *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 19 fev. 1907, p. 10. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil, [↗](#).

103 *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16 dez. 1907, pp. 6. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil, [↗](#). José Eutrópio residiu nesse endereço, ao menos ao longo do ano de 1907, conforme apontam os anúncios publicados na imprensa nos quais ofertava seus serviços de pianista e compositor. *Jornal do Brasil*,

É difícil determinar se, de fato, tal imóvel se tratava de uma habitação coletiva, mas o termo utilizado pelo jornal – “cortiço” – era o mesmo utilizado pelas autoridades sanitárias quando desejavam estigmatizar determinada habitação coletiva. Sidney Chalhoub demonstrou que formas violentas de fiscalização de cortiços e outros tipos de habitação coletiva no Rio de Janeiro não foram atos isolados, mas sim eventos regulares no processo sistemático de perseguição das autoridades a esse tipo de moradia, prática que se intensificou desde pelo menos a década de 1880. Na administração do prefeito Pereira Passos (1902-1906), mas principalmente após a Revolta da Vacina (1904), desencadeou-se, com sucesso, uma vasta campanha contra os cortiços, intensificada pela atuação da polícia sanitária em oposição àqueles formatos de habitações.¹⁰⁴

José Eutrópio viveu no Rio de Janeiro em um contexto no qual a então capital da República ainda se assemelhava a um canteiro de obras, não só urbanas e arquitetônicas, mas também de ordenação social da sua população. Por certo, esse universo de mudanças dos mais variados tipos deve ter impactado a sua trajetória como “acadêmico” de Direito. Nessa condição, ele atuou como membro do Diretório Provisório da União Acadêmica, grêmio estudantil da Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, fundado em 1906.¹⁰⁵ Nessa instituição de representação política dos estudantes e de promoção da sua participação na vida acadêmica e na defesa dos seus direitos e preocupações, José Eutrópio participou de algumas das suas ações, como o Congresso de Instrução, realizado em

1 jan. 1907, p. 13; *Jornal do Brasil*, 3 jun. 1907, p. 13; *Jornal do Brasil*, 14 out. 1907, p. 13. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil, [🔗](#).

104 Sidney Chalhoub, *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*, 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

105 *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 26 ago. 1906, p. 3. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil, [🔗](#). Não foi possível determinar quando José Eutrópio ingressou no Diretório Provisório da União Acadêmica. Contudo, ele se mostrou interessado nos debates sobre a organização política dos estudantes, tanto que no início de 1907 se filiou à Federação dos Estudantes Brasileiros (1901), primeira associação representativa dos alunos do ensino superior do país. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24 mar. 1907, p. 9. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil, [🔗](#).

agosto de 1906, organizado pela Faculdade Livre de Direito em comemoração à fundação dos cursos jurídicos do Brasil, no qual seu nome constou como ouvinte.¹⁰⁶ Como representante do Diretório Provisório da União Acadêmica, José Eutrópio também esteve presente no Primeiro Congresso Jurídico Brasileiro, realizado em agosto de 1908, no âmbito da Exposição Nacional em comemoração ao centenário da “Abertura dos Portos” e organizado pelo Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros (IOAB):

A jornada científica se concentrou em torno de oito seções, a saber: Ensino Jurídico, Direito Constitucional Brasileiro, Direito Internacional Público e Privado, Direito Civil, Direito Comercial, Direito Criminal, Direito Administrativo e Fiscal e Direito Processual, e contou com a participação de cento e oitenta e seis congressistas, entre advogados e professores – representantes das faculdades de Direito. O congresso deixou um saldo positivo à cultura jurídica nacional. Dentre outras resoluções, ficou deliberado que a cada dois anos deveria ser realizado um evento similar, que reunisse os juriconsultos de norte a sul do território brasileiro.¹⁰⁷

Certamente, a participação no Congresso Jurídico provocou algum tipo de impacto em José Eutrópio. É provável que, naquele contexto, ele já conhecesse a trajetória do IOAB (1843), mas a impressão positiva causada pela organização do evento deve ter incentivado o desejo de filiação àquela renomada instituição, o que, de fato, ocorreu poucos meses depois. Em maio de 1909, seu nome apareceu entre os novos advogados filiados à entidade.¹⁰⁸ Cerrar fileiras no IOAB poderia ser um recurso estratégico para um recém-bacharel em Direito, pois seria uma forma de se legitimar profissionalmente por meio da ligação com uma instituição que, no início

106 *O Fluminense*, Niterói, 11 ago. 1906, p. 2. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil, [🔗](#).

107 Lucia Maria Paschoal Guimarães e Tânia Maria Bessone, “O Primeiro Congresso Jurídico Brasileiro” in Hermann Assis Baeta (org.), *História da Ordem dos Advogados do Brasil* (Brasília: Editora OAB, 2003), pp. 65-72. p. 72.

108 *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 maio 1909, p. 11. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil, [🔗](#).

do século XX, era considerada espaço privilegiado para a formação da cultura jurídica na então recém-instaurada sociedade republicana.¹⁰⁹

Além disso, a discussão de alguns dos temas abordados no Congresso Jurídico de 1908 pode ter influenciado o direcionamento dos estudos de José Eutrópio na reta final do seu curso jurídico, tendo em conta que ele o concluiu em dezembro deste ano.¹¹⁰ Lucia Maria Paschoal Guimarães e Tânia Maria Bessone destacaram que o tema da “decadência do ensino jurídico e dos meios para combatê-la” foi um dos mais polemizados na jornada científica. Apesar do desencontro de opiniões, “todos concordavam que as deficiências dos cursos de Direito, em parte, refletiam os problemas da péssima organização do ensino secundário no país”.¹¹¹ Tendo ou não sido influenciado pelos debates ocorridos no congresso, o fato é que, em maio de 1909, José Eutrópio apresentou e defendeu perante a congregação da Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro uma tese sobre o ordenamento jurídico da legislação de instrução pública. Infelizmente, o texto da tese se perdeu no tempo, mas um artigo publicado na imprensa muriaense apresentou outros detalhes sobre o estudo:

Temos sobre a mesa um exemplar da tese de doutoramento, defendida em 27 de maio findo pelo sr. José Eutrópio, perante a Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro. Inteligente, estudioso e benquista, o novo bacharel foi aprovado com distinção. Em sua tese, cuja oferta agradecemos, o dr. José Eutrópio ocupa-se do estudo jurídico das legislações de instrução pública da República brasileira, traçando com segurança de vistas e beleza de forma todas as suas considerações. Desejamos-lhe em sua vida profissional, agora iniciada, as maiores felicidades.¹¹²

109 Guimarães e Bessone, “O Primeiro Congresso Jurídico Brasileiro”.

110 José Eutrópio concluiu o curso em novembro, tendo realizado a colação de grau em dezembro de 1908. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 4 dez. 1908, p. 4.

111 Guimarães e Bessone, “O Primeiro Congresso Jurídico Brasileiro”, pp. 65-72.

112 *O Radical*, Muriaé, 12 jun. 1909, p. 2. Disponível no Arquivo Histórico Municipal de Muriaé. Detalhes sobre o procedimento para a obtenção do título de doutor em Ciências Jurídicas e Sociais podem ser encontrados em: Brasil, “Decreto nº 3.903, de 12 de janeiro de 1901” in Brasil, *Coleção de Leis do Brasil de 1901*, v. 1, Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1901, p. 148.

Embora não conheçamos mais aspectos sobre o conteúdo da tese, como sobre qual instrução – primária, secundária, superior – José Eutrópio se ocupou em sua investigação científica, parece que esse estudo inaugurou o seu ingresso no magistério, ofício que ele exerceu quase que exclusivamente ao longo da vida, inicialmente como professor, especialmente no ensino secundário – lugar privilegiado no universo da docência –, e, após 1915, como inspetor de ensino na Secretaria do Interior de Minas Gerais.¹¹³ Talvez por causa da sua trajetória no magistério, mas também pela sua formação em Direito e pela sua especialização em legislação de instrução pública, ele tenha conquistado uma nomeação de assessor jurídico no Conselho Superior de Instrução de Minas, um dos órgãos que compunham a Presidência do estado.¹¹⁴ Criado em 1892, sua finalidade era estabelecer mecanismos técnicos e diretrizes político-pedagógicas para a direção, administração e inspeção do ensino público e particular. Conforme Sandra Maria de Oliveira:

O Conselho tinha como atribuição administrar e disciplinar. A função administrativa incluía emitir pareceres sobre métodos e processos de ensino, exame de compêndios, programas e material escolar para deliberar sobre a adoção ou escolha. Também lhe cabia estudar os regimentos internos das escolas, elaborar bases para reformas ou melhoria do ensino e até opinar sobre a validade ou nulidade de concursos de candidatos ao magistério normal.¹¹⁵

A trajetória profissional de José Eutrópio nos órgãos de poder do governo de Minas foi marcada pelo seu emprego em cargos de prestígio, pois coube a ele e aos seus colegas membros do Conselho conceber e

113 *Minas Geraes*, Belo Horizonte, 22 mar. 1915, p. 4. Disponível na Hemeroteca Digital do Diário Oficial de Minas Gerais, [↗](#).

114 *Minas Geraes*, Belo Horizonte, 27 out. 1919, p. 6. Disponível na Hemeroteca Digital do Diário Oficial de Minas Gerais, [↗](#). Segundo a lei que criou o Conselho Superior de Instrução de Minas, cabia ao presidente do Estado a indicação dos nomes que deveriam compor o órgão. Minas Gerais, *Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais em 1892*, Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1893, [↗](#), p. 43.

115 Sandra Maria de Oliveira, “Grupo escolar em Minas Gerais: análise da legislação na Primeira República (1906-1924)”, Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012, [↗](#), p. 104.

elaborar as leis que conformaram a instrução pública em Minas Gerais no início do século XX. Nos limites deste artigo, não é possível investir em uma discussão sobre a sua presença naquele órgão, mas ela não se desvinculou de uma militância na construção de projetos de igualdade racial no campo da educação.

O leitor desavisado pode considerar que, pelo que foi apresentado até aqui, a trajetória José Eutrópio pode ser lida pelas lentes do sucesso e do êxito, afinal ele soube usar das oportunidades disponíveis e superou as barreiras raciais, tendo-se formado em Direito e alcançado uma carreira profissional bem-sucedida. Contudo, os caminhos disponíveis para as gentes negras no imediato pós-abolição foram mais complexos. José Eutrópio, por exemplo, conseguiu atuar como advogado em curtos períodos da vida. Além do magistério, que foi de fato a sua principal fonte de renda, ele também atuou como músico, jornalista e crítico teatral e literário. Nunca pôde se dar ao luxo de viver de um só ofício. Apesar de a sua família possuir patrimônio financeiro significativo, tal condição não lhe proporcionou, em diferentes fases da vida, condições materiais confortáveis. Ele, assim como o seu irmão Temístocles, foi durante a maior parte da sua vida profissional um trabalhador letrado do pequeno funcionalismo público, universo no qual as relações de produção, do processo e do próprio mercado de trabalho era atravessado por marcadores raciais, enquanto elementos estruturantes desse microcosmo dos mundos do trabalho.

Além disso, o racismo – na qualidade de “dispositivo de racialidade”, segundo a interpretação de Sueli Carneiro – limitou as suas possibilidades, em vários sentidos, de existir com humanidade e dignidade naquela sociedade de inícios do século XX.¹¹⁶ Mais ainda, é importante considerar que não foi possível saber se Temístocles e Júlio conseguiram frequentar cursos de ensino superior. Teria sido essa uma oportunidade disponibilizada apenas ao José? Em que medida é possível considerar

116 Sueli Carneiro, *Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser*, São Paulo: Zahar, 2023.

que o irmão do “meio” foi uma espécie de portador de expectativas e esperanças (im)possíveis n(à)quela família?

Considerações finais: sujeitos-coletivos como espelho para outras histórias negras

Após o término do seu curso no Rio de Janeiro, José Eutrópio retornou, depois de mais de uma década vivendo fora, à sua cidade natal. Instalou-se no Grande Hotel Muriaé, anunciou os seus serviços nas páginas d'*O Radical* e passou a advogar.¹¹⁷ Um dos seus primeiros clientes foi o padre Passarelli, representado legalmente por ele em processos de regularização de propriedade fundiária.¹¹⁸ É provável que a relação de maior proximidade com a sua família biológica tenha levado José Eutrópio a construir sentidos para a sua existência. Já maduro e tendo vivenciado outras experiências em diferentes contextos, ele sentiu a necessidade de falar do seu lugar naquele mundo. Entre o segundo semestre de 1913 e o primeiro de 1914, ele se envolveu em uma disputa política com o então chefe do executivo municipal, Antônio da Silveira Brum, e seus partidários. José Eutrópio, na condição de editor-chefe do *Renascença*, denunciou a “política do cabresto, do cacete, da faca e da pistola” na qual vivia o povo de Muriaé.¹¹⁹ Como forma de retaliação, seus opositores transformaram a sua figura em alvo de injúrias raciais violentas, evidenciando que tinham consciência de que o racismo era um argumento político forte. Em uma dessas agressões, publicadas na imprensa, referindo-se à ascendência de José Eutrópio, um artigo afirmou,

117 *O Radical*, Muriaé, 2 out. 1910, p. 4. Disponível no Arquivo Histórico Municipal de Muriaé.

118 Foi o caso, por exemplo, dos processos: Museu do Judiciário Mineiro (MEJUD), Belo Horizonte, Fundo do Primeiro Ofício Cível (F POC), cx. 4191, processo 43930640, *Ação Sumária de Despejo do Sítio Açude*, 6 jun. 1910; e Museu do Judiciário Mineiro (MEJUD), Belo Horizonte, Fundo do Primeiro Ofício Cível (F POC), cx. 4191, processo 43903634, *Ação Sumária de Cobrança*, 17 dez. 1912.

119 *Renascença*, Muriaé, 12 abr. 1914, p. 2. Disponível no Arquivo Histórico Municipal de Muriaé.

“fácil é doutorar-se às custas de uma herança maldita, difícil vai ser provar ter um nome limpo e digno”.¹²⁰

De fato, é válido considerar que José Eutrópio viveu às custas dos recursos financeiros acumulados pelo padre Passarelli com base no trabalho escravo e em outras formas compulsórias de trabalho, na qual a maioria da mão de obra era formada por gente de ascendência africana que vivia sob diferentes condições jurídicas – livre, liberta e escravizada. Assim, a zombaria publicada pelos detratores de José Eutrópio certamente deve ter lhe provocado algum tipo de incômodo. Em meio às ambivalências e contradições da vida, ele produziu, justamente nesse momento, registros sobre o seu processo de construção enquanto homem negro. O construir-se como sujeito negro é um procedimento subjetivo, informado por uma série de fatores e elementos, uns mais determinantes que outros, como por exemplo, os condicionantes de gênero e de classe, conforme nos ensinou Neusa Santos Souza.¹²¹ Além disso, esse construir-se, segundo observou Frantz Fanon, é um processo doloroso e violento, fundamentado em uma lógica racializada de mal-estar, por isso, nem sempre assumido ou experienciado em sua plenitude e potência.¹²² Nesse sentido, aqui não estou falando do construir-se negro enquanto um processo universal e comum à toda pessoa negra; antes, o que defendo é, justamente, as inúmeras complexidades que podem estar presentes nesse processo subjetivo do fazer-ser-eu, afinal a negritude e outros modos de identidade negra só podem ser compreendidos quando interpretados à luz da diversidade contextual que os formam e informam, e que abarcam questões socioculturais, biológicas, psicológicas e raciais.¹²³

120 *Alto Muriaé*, Muriaé, 19 abr. 1914, p. 2. Disponível no Arquivo Histórico Municipal de Muriaé.

121 Neusa Santos Souza, *Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*, Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

122 Frantz Fanon, *Pele negra, máscaras brancas*, Salvador: Edufba, 2008. Ver também Toni Morrison, “Configurações de negritude” in Toni Morrison, *A origem dos outros: seis ensaios sobre racismo e literatura* (São Paulo: Companhia das Letras, 2019), pp. 82-104.

123 Kabengele Munanga, *Negritude: usos e sentidos*, 4º ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

O que a biografia de José Eutrópio nos apresenta, tanto em termos da sua relevância política, quanto das imensas possibilidades de análise historiográfica – que também podem ser encontradas em outras trajetórias negras –, é a chance de visualizarmos a riqueza do universo das vidas de outras tantas mulheres e homens negros. Sua trajetória se destacou da maioria das gentes negras de sua época em diversas medidas, mas ela ganha ainda mais sentido político e coerência histórica porque foi representativa de muitas outras vidas negras. Ela pode ter operado como um espelho para muitos sujeitos negros, como, por exemplo, a sua mãe e os seus irmãos, que podem ter reconhecido na sua trajetória uma espécie de representação e reflexo do que queriam ou podiam ter realizado, ou simplesmente, do que desejaram ao seu familiar.

Não descarto, ainda, a possibilidade de a vida de José Eutrópio, ou pelo menos de alguns dos seus feitos, ter sido interpretada, por muitos outros sujeitos, como uma forma de referência – política, moral, de conduta etc. Um ano depois do seu falecimento, um grupo formado pelos seus amigos, especialmente aqueles ligados à Associação de Imprensa de Minas Gerais, lançaram na imprensa um projeto para “erguer uma herma em homenagem a um dos mais brilhantes intelectuais que Minas já teve”. Segundo o artigo, “a iniciativa tinha sido muito bem recebida pelo povo juizforano”, que “admirava José Eutrópio, um dos mais competentes críticos de arte musical que tem tido nosso país, musicista, escritor de mérito e jornalista perfeito”.¹²⁴ Apesar dos genuínos esforços, e por razões desconhecidas, a homenagem não chegou a ser concluída, mas ela sinalizou os esforços empreendidos por alguns sujeitos em defesa da promoção de uma memória da trajetória de José Eutrópio – percebida e reconhecida como espelho.

Mas nos primeiros anos do século XX, o recém-advogado também teve os seus espelhos, que agiram como fonte de reflexo e de estímulo. Por esse viés, é válido reconhecer que a sua família pode ter

124 *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, 10 abr. 1930, p. 2. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil, [↗](#).

funcionado como um espaço de reprodução de acolhimento, cuidado e outras formas de inspiração. O padre Passarelli, por exemplo, pode ter sido uma referência masculina para José Eutrópio, assim como para os seus irmãos. Apesar de nunca ter reconhecido publicamente a sua paternidade, quando o vigário faleceu, ele publicou na imprensa uma crônica que parecia querer delatar algo. Intitulado “Aqueloutro”, o conto de autoria de Florestano, um dos seus pseudônimos, contou a história de um menino (sem nome) que sofria o luto pela morte do pai, que era padre e escondia tal filiação:

Pobre órfão... aqueloutro que as linhas tortas e incertas de Deus deu-lhe como progenitor atirou-lhe traiçoeiramente ao infortúnio de alegrias imperfeitas e ódios desmedidos quando desonrou todos os trinta e três botões da sua veste talar e ofendeu as leis hipócritas dos homens. [...] Nas poucas bonitas lembranças que ainda povoam os seus recônditos, ele lhe guarda com a doce ternura de criança inocente.¹²⁵

As figuras familiares femininas também estiveram presentes como modelos de referência. Da sua mãe, sobre qual conhecemos tão pouco, José Eutrópio herdou a ascendência negra e talvez os parâmetros morais para o seu autorreconhecimento como um sujeito não branco. No primeiro semestre de 1914, no contexto da disputa com Antônio da Silveira Brum, ele publicou na imprensa um poema, no qual em seu último verso apareceu a dedicatória “À Lucia”. Um deles narrou o seguinte:

Grilhões que tentaram calar tua voz e teu riso,
Não silenciaram tua alma, nem teu coração preciso.
A saudade nos sussurra histórias de lutas e amores,
Ecoando pelos séculos, como canções de antigos tambores.¹²⁶

Sob o nome de “A luz de Lucia”, o poema contou a história de uma mulher escravizada, de nome Lucia, aparentemente falecida, cuja figura

125 “Aqueloutro”, *Correio de Minas*, Juiz de Fora, 27 jun. 1926, p. 3. Disponível na Biblioteca Municipal Murilo Mendes de Juiz de Fora.

126 “A luz de Lucia”, *Renascença*, Muriaé, 17 maio 1914, p. 3. Disponível no Arquivo Histórico Municipal de Muriaé.

representava, e evocava, imagens de ternura, amor e saudade. Lembro o leitor de que a madrinha de batismo de José Eutrópio se chamava Lucia Maria, que, inclusive, possuía o mesmo nome de uma das mulheres que trabalhou na condição de escravizada em uma das propriedades do padre Passarelli. Seria essa terceira Lucia a mesma pessoa? Não desconsidero a possibilidade de José Eutrópio ter construído suas visões de mundo tendo em suas memórias e sensibilidades a experiência direta com a agência de suas referências familiares femininas.

Por isso, as suas experiências podem apresentar apontamentos importantes sobre as dimensões de gênero dos homens, especialmente de homens negros. Na verdade, dimensionar o lugar social e o papel político imputado aos homens negros (de diferentes origens e condições sociais) pelas relações de gênero – assimétricas, hierárquicas e informadas em meio às (e por meio das) ideologias raciais, especialmente o racismo – predominante no contexto do pós-abolição parece ser um objeto de reflexão e análise que poderá aprofundar o entendimento sobre as histórias negras e as suas estratégias de formulação e implementação de instrumentos de luta política na Primeira República, como bem sugeriu Henrique Restier da Costa Souza e Rolf Malungo de Souza.¹²⁷

Não me parece que José Eutrópio tenha se insurgido contra (ou questionado) o conjunto de atitudes e expectativas que definiam as noções de masculinidades em voga naquele momento. Ainda assim, a sua condição de homem negro, integrante da estrutura de relações de gênero, pode apresentar outras possibilidades de visualizar os processos históricos de moldagem de masculinidades no pós-abolição. Nesse exercício, estou interpretando a masculinidade como “uma configuração de prática em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero. Assim, existe, normalmente, mais de uma configuração desse tipo em qualquer

127 Henrique Restier da Costa Souza e Rolf Malungo de Souza, “Masculinidade negra” in Flávia Rios, Marcio André dos Santos e Alex Ratts (orgs.), *Dicionário das relações étnico-raciais contemporâneas* (São Paulo: Perspectiva, 2023), pp. 222-225.

ordem de gênero de uma sociedade”.¹²⁸ Contudo, algumas experiências de homens negros têm apontado para a limitação do conceito hegemônico de masculinidade – branca e burguesa, por excelência –, que não dá conta de abranger a diversidade que produziu outras tantas formas de masculinidades ao longo do tempo.¹²⁹

O mais comum entre homens negros como José Eutrópio, que construíram, em determinados momentos de suas vidas, um lugar social e profissional no campo das intelectualidades, como professores, jornalistas, literatos, foi a produção de uma masculinidade intelectual, que tinha como principais aspectos o acesso a um tipo diferenciado de escolarização formal. Foram homens que utilizaram a posse de diplomas de ensino superior enquanto símbolo de distinção para obter mobilidade social, alcançar posições de destaque na vida pública e construir formas de representação e identificação coletiva com (e entre) outros sujeitos e grupos negros. Isso significa que o que estava em jogo para esses homens não era apenas a aquisição de habilidades do ler, escrever e contar ou de conhecimentos técnicos específicos, mas também, e principalmente, a possibilidade da obtenção de formas de letramento racial como instrumento político necessário para a inserção social e o reconhecimento político.

Os estudos sobre biografias negras têm apresentado possibilidades interessantes para se observar a construção das masculinidades negras, tanto como um projeto coletivo quanto como ações individuais. É o caso, por exemplo, do advogado Manoel da Motta Monteiro Lopes (1867-1910), homem negro que construiu carreira na política partidária na então capital federal no início do século XX. Nas eleições de 1909, por ocasião da sua candidatura ao cargo de deputado federal, houve intensa mobilização política de sujeitos e grupos negros, de diferentes orientações

128 Robert Connel, “Políticas da masculinidade”, *Educação & Realidade*, v. 20, n. 2 (1995), pp. 185-206, [↗](#). p. 188.

129 Ana Flávia Magalhães Pinto, “Affection and Solidarity among 19th-Century Black Intellectuals in Rio de Janeiro and São Paulo”, *Oxford Research Encyclopedia of Latin American History*, (2021), [↗](#); bell hooks, *Olhares negros: raça e representação*, São Paulo: Elefante, 2019. pp. 170-213.

políticas e em diferentes partes do país, em torno da sua eleição. Segundo Carolina Vianna Dantas, “Monteiro Lopes, ao se afirmar como negro, republicano, letrado e defensor dos trabalhadores, conseguiu rapidamente conquistar reconhecimento público na capital federal”.¹³⁰ José Eutrópio foi um dos seus muitos admiradores. Seu nome foi anotado pela imprensa como presente em pelo menos dois dos vários comícios eleitorais que o candidato a deputado federal realizou em 1908.¹³¹

A trajetória política de Monteiro Lopes foi um exemplo de como alguns modelos de masculinidades negras podiam causar impacto e identificação em outros homens negros – e, certamente, em mulheres negras. Não foram poucas as manifestações políticas de grupos negros – algumas, informadas pela lógica do afeto e da solidariedade – em prol da sua eleição, assim como do reconhecimento pelo Supremo Tribunal Eleitoral da sua condição de deputado legitimamente eleito pelo voto popular (de homens).¹³² Em 1913, na data do aniversário de morte de Monteiro Lopes (ocorrido em 1910), José Eutrópio publicou na imprensa um artigo elogioso de reconhecimento da figura política do ex-deputado:

Passa-se hoje a data de morte do extinto Dr. Monteiro Lopes. Ânimo afeito às lides da política, educado numa escola liberal, desde o passado regime, e votando o mais acendrado amor ao Brasil, o insigne brasileiro foi elevado às culminâncias do governo num momento de generalizado conagraçamento dos espíritos, que fizeram de seu nome venerado, verdadeiro lema de paz e de concórdia, na grande confraternização

130 Carolina Vianna Dantas, “Um líder da raça negra na Câmara dos Deputados: racismo, tensões raciais e mobilização política na capital da República (1909-1910)” in Sampaio, Lima e Balaban (orgs.), *Marcadores da diferença*, pp. 185-222, p. 187.

131 *A Imprensa*, Rio de Janeiro, 23 out. 1908, p. 1; Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil, [🔗](#). *A Imprensa*, Rio de Janeiro, 11 dez. 1908, p. 2. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil, [🔗](#).

132 Sobre as mobilizações em favor da trajetória de Monteiro Lopes na política partidária, ver Fernanda Oliveira da Silva, “Os negros, a constituição de espaços para os seus e o entrelaçamento desses espaços: associações e identidades negras em Pelotas (1820-1943)”, Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011, [🔗](#), pp. 96-101; Petrônio Domingues, “‘Vai ficar tudo preto’: Monteiro Lopes e a cor na política”, *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 95 (2013), pp. 59-81, [🔗](#).

republicana. Justiça seja feita à sua memória, digna de benemerência na posteridade. Foi um justo e foi um patriota.¹³³

Na verdade, a presença de José Eutrópio em meio a essa mobilização sugere outros canais e formas de construção de algum tipo de identificação com base racial, pois como bem observou Carolina Vianna Dantas, os laços de solidariedade que transformaram “a causa de um deputado eleito na capital da república em uma causa de negros que viviam em diferentes cidades do país, pode ser interpretada como indício do compartilhamento de uma identidade racial, ainda que difusa”.¹³⁴ Ademais, o tom elogioso e laudatório do artigo de José Eutrópio em homenagem ao falecido deputado foi além da tentativa de construir políticas de memória e de invenção de heróis negros, mas se tratou também de uma estratégia de elaboração de masculinidades negras exemplares enquanto modelos da capacidade de afeto, de solidariedade emocional e de ação coletiva dos homens negros face às representações – especialmente aquelas negativas – sobre as suas negritudes no imaginário social. Essas políticas de afetividade dizem respeito não somente à compreensão das relações de gênero entre homens, mas também sobre os sentidos dos vínculos e das desigualdades sociais e de gênero entre homens e mulheres, e da própria forma como as relações raciais foram sendo moldadas no início do século XX.

A trajetória de José Eutrópio abriga inúmeras possibilidades de interpretação sobre os silêncios e as lacunas que acompanham as histórias das gentes negras no Brasil. Contudo, no exercício historiográfico empreendido aqui, procurei apresentar as (muitas e distintas) formas de existências negras, em diferentes condições e circunstâncias, na sociedade brasileira. Nas singularidades da sua existência única e individual, a vida de José Eutrópio, excepcional e ao mesmo tempo normal, por isso sujeito-coletivo, nos ajuda a ver, e reinterpretar, uma série de aspectos aparentemente banais, mas que ignoramos – por puro

133 *O Pharol*, Juiz de Fora, 13 dez. 1913, p. 2. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil, [🔗](#).

134 Dantas, “Um líder da raça negra na Câmara dos Deputados”, p. 204.

desconhecimento – sobre o cotidiano das gentes negras no pós-abolição: a constituição de arranjos familiares, o acesso e permanência na escola, os desafios da sobrevivência em meio às violências da discriminação racial, a dimensão política da construção de formas de identificação racial, os projetos de vida informados por sonhos, esperanças e medos.

Recebido em 22 jan. 2024

Aprovado em 24 abr. 2024

doi: 10.9771/aa.v0i69.58775



A partir do estudo de aspectos da biografia de José Eutrópio (1886-1929), o artigo analisa diferentes questões sobre o cotidiano das gentes negras no contexto das emancipações e do pós-abolição no Brasil, como, por exemplo, a constituição de arranjos familiares, acesso e permanência na escola, desafios da sobrevivência em meio às violências da discriminação racial, dimensão política da construção de formas de identificação racial, projetos de vida informados por sonhos, esperanças e medos. A história de José Eutrópio narra, à sua maneira, os itinerários de muitos outros sujeitos negros, isto é, na sua biografia, aspectos individuais eram também coletivos e, por isso, elucidativos das estratégias, ações e interdições construídas e enfrentadas por esses indivíduos nessa conjuntura.

Biografia | Pós-Abolição | Racialização e Racismo | Minas Gerais | José Eutrópio.

BECOMING BLACK:

JOSÉ EUTRÓPIO AND POST-ABOLITION BLACK AGENCY

Taking as a case study the biography of José Eutrópio (1886-1929), the article analyzes different aspects of Black daily life in post-abolition Brazil, such as the formation of family units, access to schooling, the challenges of survival amid the violence of racial discrimination, the political dimension of the construction of racial identity, and life goals based on dreams, hopes and fears. The story of José Eutrópio's life speaks, in its own way, to the itineraries of many other black individuals, that illustrating the relationship between individual and collective realities, elucidating Black Brazilians' strategies and agency and the interdictions that they faced during this period.

Biography | Post-Abolition | Racialization and Racism | Minas Gerais | José Eutrópio.